UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO

Mestrado

ALGUNS OBSTÁCULOS À POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Autora: Cíntia Gontijo de Rezende
Orientadora: Prof.ª Drª. Clélia de Freitas Capanema

BRASÍLIA 2006

CÍNTIA GONTIJO DE REZENDE

ALGUNS OBSTÁCULOS À POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Católica de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª.Drª. Clélia de Freitas Capanema

Brasília

2006

R467a Rezende, Cintia Gontijo de.
Alguns obstáculos à política de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais / Cintia Gontijo de Rezende - 2006.
139 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2006.
Orientação: Clélia de Freitas Capanema

1. Crianças deficientes – educação. 2. Educação inclusiva. 3. Preconceito. I. Capanema, Clélia de Freitas, orientadora. II. Título

CDU 376

Ficha elaborada pela Coordenação de Processamento do Acervo do SIBI – UCB.

DEDICATÓRIA

Minha vida de educadora começou já faz um bom tempo! Passei por inúmeras experiências escolares. Gosto e sempre gostei do que faço. Minha carreira é fruto do meu encanto pela educação e pela perseverança e estímulo de meus pais que sempre me incentivaram a crescer, desenvolver-me, evoluir-me...

Meus filhos são a minha grande razão de viver e de lutar pela vida, pois todos os que bem me conhecem sabem que eles só têm a mim para contar. Espero de coração que toda a minha luta, meus sucessos e também insucessos sirvam de exemplo a eles.

Meu amor João Carlos, companheiro de todas as horas, que a cada dia me encanta mais.

Não poderia deixar também de citar meus professores que tanto me incentivaram a caminhar rumo ao meu ideal. Prof.a. Jacira minha primeira professora que com suas aulas apaixonantes me fizeram ter a certeza que estava no caminho certo. E em especial a prof.a. Clélia pessoa maravilhosa que Deus colocou em minha vida, além de encantar-me com seus ensinamentos muito contribui para este sucesso alcançado, sem ela seria impossível. Não poderia deixar de mencionar a atitude tão dedicada e disponível do Prof. Antônio Osório, que me presenteou com sua preciosa colaboração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, presença marcante em todos os meus caminhos.

A minha família, pelo apoio e incentivo em todas as horas.

A minha orientadora Drª. Clélia de Freitas Capanema, que me incentivou e acreditou no meu potencial, apoiando-me durante o processo de construção deste trabalho com muita sabedoria e competência.

A Profª. Drª. Jacira Câmara, pelo apoio e colaboração durante o desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação por meio do qual pude construir este trabalho.

Ao Prof. Dr. Antônio Osório Carlos do N. Osório, pelo apoio e atenção a mim dispensados em todos os momentos.

“O que sabemos é uma gota.
O que ignoramos é um oceano”.
Isaac Newton

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo fundamental investigar algumas manifestações de preconceito na escola como um dos obstáculos à política de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. No primeiro momento é feito um breve histórico do termo deficiência em documentos e referenciais teóricos. Posteriormente, é feita uma análise das barreiras culturalmente impostas que criam e estabelecem diferentes preconceitos sociais. No universo empírico foram selecionadas duas instituições de ensino regular, em Brasília – DF, tendo como critério uma da rede pública e outra particular, aplicando um questionário com perguntas abertas tendo como foco gestores (diretores, coordenadores e orientadores); professores e pais de alunos. Os resultados revelam, no procedimento estatístico, que na maioria dos entrevistados o preconceito é o instrumento cultural determinante e deve ser superado para uma possível inclusão escolar. Portanto, as questões pertinentes à inclusão escolar são no primeiro momento, mais de ordem social do que de ordem pedagógica.

Palavras-chaves:
Preconceito, necessidades especiais, educação inclusiva.

ABSTRACT

The main goal of this study is to investigate some manifestations of prejudice in the schools environment as one of the obstacles to the educational inclusion project for students with special needs. At first, the study gives a brief history of the term deficiency based on documents and theories. Later, the study analyzes the imposed cultural barriers that create and establish the many existing social discrimination issues. A research was conducted at two educational institutions – one public and one private – through a questionnaire with open questions applied to schools' principals, coordinators, teachers, and students' parents. The results revealed, in the statistical procedures, that the majority of students there discrimination reveal against individuals with special needs manifested in big proportion. This should be eliminated to allow the educational inclusion project to be applied at such institutions. Therefore, at first sight, the questions related to the educational inclusion project are more of a social order than to pedagogical matters.

Keywords: prejudice, special needs, inclusive education

SUMÁRIO

RESUMO vi

ABSTRACT vii

SUMÁRIO viii

LISTA DE GRÁFICOS x

LISTA DE TABELAS xii

CAPÍTULO 1 – O PROBLEMA E SEUS COMPONENTES 12

1.1. Objetivos 14

1.1.1 Geral 14

1.1.2 Específicos 14

1.2. Procedimentos Metodológicos 15

1.2.1 Caracterização Da Investigação 15

1.2.2. Local e Amostra 15

1.2.3. Instrumentos de Coleta de Dados 16

CAPÍTULO 2. EXPLICITAÇÃO DO QUADRO TEÓRICO. 18

2.1. Visão do Preconceito 18

2.2. A atitude do Preconceito X Desenvolvimento Social 20

2.3. Uma Visão Histórica acerca da Deficiência 27

2.4. Uma concepção contemporânea de deficiência 33

2.5. Uma Política de Inclusão 37

2.6. Os desafios da educação inclusiva 44

2.7. Fontes de recursos e mecanismos de financiamento da educação especial 48

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS **50**

3.1. Questionários destinados aos diretores, coordenadores e orientadores. **50**

3.2. Questionários destinados aos professores **59**

3.3. Questionários destinados aos pais **81**

CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS **95**

4.1. Considerações sobre o estudo **97**

4.2. Recomendações **99**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **102**

ANEXO I - Questionários destinados aos diretores, coordenadores e orientadores. **110**

ANEXO II - Questionários destinados aos professores **104**

ANEXO III - Questionários destinados aos pais **117**

ANEXO IV - Tabelas **124**

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Cargos ocupados pelos gestores **50**
GRÁFICO 2 - Faixa etária dos respondentes **51**
GRÁFICO 3 - Existência do preconceito nas escolas em relação aos alunos com necessidades especiais. **52**
GRÁFICO 4 - Por parte de quem o preconceito se manifesta. **53**
GRÁFICO 5 - Posicionamento da escola diante de atitudes de preconceito. **55**
GRÁFICO 6 - O que se entende por necessidades especiais **56**
GRÁFICO 7 - Qual a necessidade especial considerada mais grave **56**
GRÁFICO 8 - O que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula acarreta para outros alunos. **57**
GRÁFICO 9 - O que se entende por inclusão. **57**
GRÁFICO 10 - Opinião dos respondentes sobre ser ou não ser adequado que alunos com necessidades especiais freqüentem classes de ensino especial. **58**
GRÁFICO 11 - Faixa etária dos professores **59**
GRÁFICO 12 - Se o preconceito pode ser uma barreira para a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola. **62**
GRÁFICO 13 - Se existe preconceito nas escolas em relação a alunos com necessidades especiais. **62**
GRÁFICO 14 - Por parte de quem o preconceito se manifesta **63**
GRÁFICO 15 - Se existe alguma forma ou manifestação de preconceito em relação a pessoas com necessidades especiais que se considere mais grave **63**
GRÁFICO 16 -Existem manifestações de preconceito por parte do meio social em relação a crianças com necessidades especiais. **66**
GRÁFICO 17 - Como a família deve reagir, diante de atitudes preconceituosas **67**
GRÁFICO 18 - Qual tem sido o posicionamento da escola diante de atitudes de preconceito. **69**
GRÁFICO 19 - O preconceito se manifesta por parte das outras crianças. **70**
GRÁFICO 20 - O que se entende por necessidades especiais **74**
GRÁFICO 21 - A necessidade especial considerada mais gravE **74**

GRÁFICO 22 - O que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula acarreta para os outros alunos. 75
GRÁFICO 23 - O que se entende por inclusão? 76
GRÁFICO 24 - É viável a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular. 76
GRÁFICO 25 - É adequado que alunos com necessidades especiais freqüentem classes especiais ou de ensino especial. 78
GRÁFICO 26 - Formação acadêmica dos pais 82
GRÁFICO 27 - Se o preconceito pode ser uma barreira para a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola. 82
GRÁFICO 28 - Existe preconceito nas escolas em relação a alunos com necessidades especiais 83
GRÁFICO 29 - Por parte de quem se manifesta o preconceito 83
GRÁFICO 30 - Se existe alguma forma ou manifestação de preconceito em relação a pessoas com necessidades especiais que se considere mais grave 83
GRÁFICO 31 - Existe manifestações de preconceito por parte do meio social em relação a crianças com necessidades especiais 86
GRÁFICO 32 - Como a família deve reagir, diante de atitudes preconceituosas em relação a crianças com necessidades especiais. 87
GRÁFICO 33 - O posicionamento da escola diante de atitudes de preconceito 87
GRÁFICO 34 - Percebe-se preconceito por parte das outras crianças em relação à criança com necessidades especiais 88
GRÁFICO 35 - Tem ou já teve algum colega com necessidades especiais estudando com seu filho 88
GRÁFICO 36 - O que se entende por necessidades especiais 89
GRÁFICO 37 - A necessidade especial considerada mais grave 90
GRÁFICO 38 - O que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula acarreta para os outros alunos. 90
GRÁFICO 39 - O que se entende por inclusão 91
GRÁFICO 40 - É viável a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular. 91
GRÁFICO 41 - É adequado que alunos com necessidades especiais freqüentem classes especiais ou de ensino especial. 92

CAPÍTULO 1 – O PROBLEMA E SEUS COMPONENTES

O preconceito está presente nas relações humanas desde a mais remota história da Humanidade. Durante todo seu processo de experiência de vida o ser humano vai incorporando valores, sentimentos, idéias, que vão se perpetuando na mente, muitas vezes em defesa de um modo de pensar e de viver que não é aceitável por todos. Esta é a base cognitiva do preconceito que se denomina estereótipo: um padrão mental de avaliação da realidade que se expressa por meio de atitudes, no preconceito propriamente dito em relação ao racismo, homossexualismo, classes sociais, nacionalidade, religião e pessoas com necessidades especiais, dentre outros.

Sendo assim, procurou-se buscar subsídios que pudessem nortear o desenvolvimento deste trabalho considerando o preconceito para com as pessoas com necessidades especiais em relação à sua inclusão nas instituições educacionais.

Sabe-se que o comportamento diferenciado de determinadas pessoas com relação às demais chama a atenção devido às dificuldades que as mesmas encontram para lidar com as diferenças. A cobrança por atitudes homogêneas e correspondentes às esperadas colabora para dificultar o trabalho de pais e professores que, por muitas vezes, encontram-se desorientados ou, até mesmo, impotentes diante das barreiras sociais que se impõem.

No âmbito escolar, torna-se comum constatar afirmações de profissionais que se dizem despreparados para atuar junto a crianças que exijam uma atenção maior e atitudes cuidadosas. Tunes (2003) questiona tal atitude, apontando a possibilidade de se tratar apenas de uma camuflagem, que oculta a falta de vontade. É comum a pessoa ter algum tipo de preconceito não declarado, porque tem vergonha de manifestá-lo ou medo de ser criticada ou até mesmo excluída de certos grupos. Isso a leva a disfarçar o preconceito, justificando racionalmente certos comportamentos que poderiam ser qualificados de discriminatórios.

O cotidiano da escola é marcado por diversas relações: professor-aluno, direção-professor, pais-filhos. O terreno das relações humanas é bastante complexo, principalmente em função das peculiaridades de cada sujeito envolvido, suas características comportamentais, seus valores, suas expectativas e suas concepções. Para que a escola se apresente como um lugar privilegiado pela sociedade para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, não apenas técnico, mas especialmente ético, é necessário que a mesma promova a construção do conhecimento e propicie interações significativas para que os alunos participem em conjunto de atividades responsáveis pelo seu crescimento.

Assim, surge a preocupação em propiciar aos alunos com necessidades especiais o direito de igualdade, por meio da educação inclusiva, que visa a incluí-los na rede de ensino regular. É claro que esse processo, apesar de implicar um imenso benefício educacional e social, exige uma preparação dos profissionais envolvidos, a criação de um currículo flexível, métodos pedagógicos adequados, além de professores altamente qualificados.

De forma geral, atualmente, observa-se o crescimento da polêmica acerca da inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede de ensino regular. Tal polêmica desenvolveu-se e se mantém devido à existência de diferentes pontos de vista. Pais de alunos que não possuem necessidades especiais, professores, membros da direção e corpo administrativo defendem a não inclusão destes alunos no ensino regular, alegando que este procedimento atrasaria as outras crianças e dificultaria o trabalho dos profissionais de educação. Sendo assim, o preconceito pode ser considerado a condição de instituição de conflitos ideológicos que criam barreiras para a inclusão de pessoas com necessidades especiais.

O preconceito acaba por impedir ou, no mínimo, dificultar a ocorrência de uma relação igualitária, com o reconhecimento do outro enquanto ser humano, sendo-lhe imposto um rótulo, uma classificação e uma seletividade. Dessa forma, o outro passa a ser considerado

incapaz, limitado, comprometido e dependente, ou mesmo um eterno peso para a família e a sociedade, inclusive a escola.

A relevância do presente trabalho é investigar a questão do preconceito quanto à inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, em muito colaborando para a formação de uma consciência frente ao problema.

É importante um estudo dos sintomas apresentados por essas pessoas, visando à busca de possíveis soluções para a sua inserção no contexto escolar, importando difundir, o mais amplamente possível, as dificuldades e empecilhos que pessoas com necessidades especiais encontram para receber aceitação social. Observa-se que a oportunidade do convívio é um direito amparado por lei. Entretanto, há concepções que fazem com que muitos membros da comunidade escolar, formadores dos chamados grupos majoritários, discriminem esses alunos.

1.1. Objetivos

Este trabalho tem como objetivos:

1.1.1 Geral

- Investigar manifestações de preconceito na escola como obstáculo à política de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**.**

1.1.2 Específicos

- Analisar se o preconceito é fator de impedimento à implantação da política de inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema de ensino regular.
- Identificar a percepção de professores, diretores, coordenadores e orientadores sobre o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais.
- Identificar a opinião de pais de alunos com necessidades especiais sobre o processo de inclusão escolar.

- Identificar a opinião de pais de alunos que não possuem necessidades especiais sobre o processo de inclusão escolar.

1.2. Procedimentos Metodológicos

1.2.1 Caracterização da Investigação

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório objetivando retratar o ponto de vista dos participantes. Com base na teoria e os dados obtidos, foi realizada a interpretação dos fatos.

Utilizou-se de forma associada abordagens qualitativas e quantitativas com intuito de ampliar os dados disponíveis e analisar se o preconceito é fator de impedimento à implantação da política de inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema de ensino regular.

Desta forma, foi possível identificar a percepção de professores, diretores, coordenadores, orientadores e pais de alunos no tocante à ocorrência de atitudes preconceituosas nas escolas que interferem na política de inclusão de alunos com necessidades especiais.

1.2.2. Local e Amostra

Foram investigadas duas escolas da rede de ensino regular do Distrito Federal. A Escola 1 é uma instituição particular e leiga, na qual funcionam todas as fases da Educação Básica (Educação Infantil ao Ensino Médio) está localizada numa área de classe média alta no Plano Piloto. A Escola 2 pertence à Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e está localizada na periferia da cidade, nela funcionam da 5ª serie ao Ensino Médio e a noite funcionam os cursos de EJA.

Inicialmente, foi solicitado, à Direção das Escolas permissão e apoio para realização da pesquisa, tendo havido boa receptividade por parte dos membros que integram seu Corpo Diretivo.

A coleta de dados foi realizada no mês de julho de 2006 e a amostra, foi constituída de 14 membros da Direção (2 Diretores, 6 Coordenadores e 6 Orientadores), 80 professores e 120 pais.

1.2.3. Instrumentos de Coleta de Dados

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram questionários impressos em três versões: uma destinada aos Diretores, Coordenadores e Orientadores (Anexo I), outra destinada aos professores (Anexo II) e a terceira versão destinada aos pais de alunos (Anexo III).

Optou-se por este instrumento de coleta de dados para que a intervenção da pesquisadora fosse mínima, possibilitando maior autonomia do respondente.

Antes de serem aplicados, os questionários foram submetidos a um pré-teste. Isso permitiu constatar a necessidade de ajustes para validação dos instrumentos tornando-os mais compreensíveis e claros.

Os questionários foram construídos tendo como base três divisões:

I. **CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE** – Faixa etária, formação acadêmica, dentre outros. Dependendo a quem se dirigia o questionário tem alguns indicadores como função, tempo de docência, componente curricular que trabalha, se o filho possui alguma necessidade especial, etc.

II. **VISÃO DO PRECONCEITO** – visão de preconceito dos respondentes, a partir do que eles entendem sobre o tema.

III. **PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS** – processo de inclusão de alunos com necessidades especiais e qual a opinião dos diferentes respondentes sobre esse processo.

O intuito de construir os questionários com base de distribuição das perguntas conforme as divisões citadas, foi levantar subsídios para comparações e interpretações das informações, mesmo com algumas especificidades na construção do instrumento, atendendo as diferentes destinações, o que possibilitou uma análise mais apurada.

CAPÍTULO 2. EXPLICITAÇÃO DO QUADRO TEÓRICO.

2.1. Visão do Preconceito

Num referencial teórico inicial a expressão "preconceito" segundo Zoraide Meira (*apud* CAVALCANTE 2004), pesquisadora do Instituto Internacional de Projeciologia e Conscienciologia, do Rio de Janeiro cita algumas definições para a palavra preconceito.

a. Opinião ou julgamento, favorável ou desfavorável, sobre determinado objeto ou pessoa, concebido sem exame crítico.

b. Idéia ou sentimento formado a priori, sem maior conhecimento, ponderação ou razão, assumidos em conseqüência de generalizações apressadas de uma experiência pessoal, ou impostos pelo meio.

c. Atitude ou sentimento que predispõe ou inclina um indivíduo a sentir, perceber e atuar de um modo que é coerente com um juízo favorável (ou mais freqüentemente desfavorável) sobre outra pessoa ou objeto.

d. Recusa em considerar as qualidades próprias de uma pessoa reagindo a ela de acordo com as qualidades que correta ou erroneamente se atribuem ao seu grupo social: preconceito de classe, raça e corporativismo.

e. Suspeita intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões: opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos.

f. Idéia ou convicção classificatória preconcebida sobre algo ou alguém, resultante de expectativas ou falsas generalizações; crença sem fundamento; banalidade.

Zoraide Meira (*apud* CAVALCANTE 2004), adverte que algumas formas de preconceito são mais perigosas que outras, dentre elas as mais comuns são:

a) Preconceito Racial

Essa é talvez a mais conhecida, também chamada de racismo. Brancos contra negros, negros contra amarelos, amarelos contra brancos... todo mundo contra todo mundo. Pode tanto aparecer na forma de uma piadinha, quanto no momento de contratar um funcionário.

b) Preconceito quanto à classe social

Outra forma de preconceito muito comum é sobre a condição social ou econômica de uma pessoa. Parece inofensiva, mas não passa de humilhação, de violência moral contra alguém.

c) Preconceito quanto à opção sexual

A opção sexual de uma pessoa só diz respeito a ela mesma. Portanto, por mais inocente que uma brincadeirinha possa parecer, não deixa de ser ofensa.

d) Preconceito em relação à nacionalidade

Alguns estrangeiros escolheram este país como moradia e se naturalizaram. Com isso, têm direitos iguais aos que aqui nascem. É importante respeitar esses

direitos. Essas pessoas ajudaram e ajudam a construir nosso país. Elas fazem parte do Brasil.

e) Preconceito contra religião

Cada pessoa tem sua crença, valores nos quais acredita (mesmo quem não segue nenhuma religião) e devem ser respeitadas seja qual for a maneira como pensam.

f) Preconceito contra pessoas com necessidades especiais

Seja em relação à pessoa com deficiência física ou deficiência mental, pode-se notar nas ruas o preconceito, como se estas pessoas com necessidades especiais tivessem uma doença contagiosa. Porém estas pessoas são seres humanos e merecem ter seus direitos respeitados.

2.2. A atitude do Preconceito X Desenvolvimento Social

Sabemos que o preconceito é o principal responsável por parte das dificuldades enfrentadas por pessoas com necessidades especiais. Mas o que vem a ser o preconceito em si? Larousse (1992) o designa como uma opinião adotada sem exame num conhecimento prévio. Conforme Cabral e Nick (1998, p.236), correspondem a uma:

> (...) atitude ou sentimento que predispõe ou inclina um indivíduo a atuar, pensar, perceber e sentir de um modo que é coerente com o juízo favorável sobre outra pessoa ou objeto. Recusa em considerar as qualidades próprias de uma pessoa, reagindo a ela de acordo com as qualidades que correta ou erroneamente se atribuem ao seu grupo social.

De acordo Rutter (*apud* ALENCAR, 1986), ao comentarmos o conhecimento acerca de determinadas questões, não temos o hábito de examinar criticamente os fatos ligados a estas. Segundo ele, o nosso "saber" a respeito de tantas coisas não verdadeiras é o que constitui o preconceito, ou seja, uma idéia pré-concebida e pejorativa acerca do outro.

As palavras de Rutter aplicam-se ao conhecimento apresentado pela sociedade sobre a pessoa com necessidades especiais em nosso meio. Muitas são as idéias infundadas que imperam entre nós, culminando em mais uma barreira à educação inclusiva.

Segundo Allport (*apud* CAVALCANTE 2004), o preconceito se caracteriza por um conceito prévio acompanhado por uma série de generalizações. Portanto, este resistiria a novas idéias, permanecendo sempre uma crença original pré-concebida.

O preconceito pode se apresentar em forma de uma ação negativa, com relação a um grupo ou pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo do indivíduo é considerado como ponto positivo de referência. A manifestação comportamental do preconceito, desta forma, poderá se transformar em discriminação, no sentido de manter as características do seu grupo de referência, bem como sua posição privilegiada, à custa do participante considerado, no caso, inferior.

Allport (CAVALCANTE, 2004) distingue cinco graus de ações negativas:

- Falar mal: onde a pessoa compartilha suas idéias com outras.
- Evitar contato: permanecendo longe de grupos que a desagradam.
- Discriminação: sendo notada a distinção e exclusão de uma pessoa.
- Ataque físico: caracterizado por ataques de violência corporais.
- Extermínio: dando-se o alcance máximo do preconceito, sendo admitida a morte do indesejado.

Torna-se clara, então, a distinção entre discriminação e preconceito, uma confusão constante nos relatos do senso-comum. Designa-se por discriminação uma ação negativa do preconceito, assim como todas as outras supracitadas.

Se percebermos o diferente como uma ameaça, conseqüentemente nossa primeira atitude será de defesa. Assim, para Amaral (1994), se deparados com uma situação que nos gere desconforto, geramos uma série de outras atitudes, como o medo do outro e quem sabe

até chegando a atacá-lo. Nesse caso, a ameaça seria o desconhecido, ou seja, a imperfeição, a anormalidade, o desequilíbrio, portanto um conflito de idéias naturais, um perigo para quem o percebe com olhos de estranheza e prefere distanciar-se.

Em suma, para a maioria dos autores, o preconceito seria uma atitude anterior a qualquer conhecimento, acarretando em uma aversão ao diferente. Para tanto, poderíamos compreender o desconhecimento como a matéria prima para a sua perpetuação.

Para Allport (*apud* CAVALCANTE, 2004), as pessoas tendem a se reunir com seus semelhantes, devido à menor exigência de esforço para se tratar com "iguais". Organizam grupos de pessoas com idéias, culturas, padrões, valores e crenças parecidas. O confronto de idéias, das diversas formas de abordar um problema apresentado por cada membro, provocaria um conflito interno em cada sujeito que participa do grupo, intensificando o conhecimento do outro a partir de conclusões pessoais bombardeadas de mensagens externas, do meio, mesmo que por diversas vezes estas sejam errôneas.

Então, são instituídas idéias infundadas, generalizadas e baseadas em mitos, que são compartilhadas entre tais grupos, colaborando para a disseminação do preconceito.

A questão é que quando estamos nesse processo de reconhecimento do que nos é estranho ou desconhecido, usamos de vários valores morais, culturais e interesses que muitas vezes nos impedem de realmente ver quem ou o que seja uma pessoa. Segundo autores como Allport e Rutter citados anteriormente, esses valores culturais ou normas originadas por um não conhecimento do outro, estão tão enraizadas e incorporadas, que não percebemos e não aceitamos as possibilidades de que existam outras crenças, outros valores, que poderíamos usar como fonte de referência para conhecer ou aprender sobre algo ou alguém.

Entretanto, segundo Cavalcante (2004), o preconceito refere-se a um posicionamento ético em relação à determinada pessoa ou grupo. Para tanto, pode ser percebido como um julgamento qualitativo. Partindo do estudo acerca do preconceito da deficiência explorada

por Cavalcante (2004), que se contrapõe às idéias de Allport, podemos compreendê-lo não como uma falta de conhecimento, mas como um não compromisso com o outro.

Allport (*apud* CAVALCANTE, 2004) entende o preconceito como uma falta de conhecimento e de informação. Sendo assim, a pessoa ignorante, guiada pela emoção, estaria mais propensa às ações de preconceito. Em contraposição, Cavalcante (2004) desmistifica tal idéia, afirmando que a falta de conhecimento não dá diretamente origem a tal fenômeno, mas sim o não reconhecimento do outro como um ser diferente, mas humano e surpreendente. Ou seja, para a autora, a hipótese de reunião com seus semelhantes por comodidade e conveniência trata-se de um disfarce, sendo, na verdade, uma recusa a se relacionar com o diferente pelo simples fato do incômodo. Para a sociedade, é mais difícil e trabalhoso lidar com o desconhecido, abrir espaço para condições específicas e para outras atividades e necessidades que fogem à facilidade do oferecido pelo homogêneo.

Portanto, baseados na obra de Cavalcante (2004), podemos compreender como o preconceito implica uma negação do outro diferente e, no mesmo movimento, a afirmação da própria identidade como superior ou dominante. Mas isso, segundo a autora, indica que o preconceito é possível onde existe uma relação social hierárquica, onde existem comando, subordinação e racionalização do outro. Nessa perspectiva, quem está no topo hierárquico atribui valores, define o que é bom e o que é ruim. Já aqueles que formam sua base são alvos de atribuições que os desvalorizam.

A despersonificação, exclusão e negação do outro que o tornam um mero objeto foram profundamente exploradas por Cavalcante (2004 p.102). Para tanto, foram estabelecidos os critérios que atestam à discriminação da pessoa com necessidades especiais. Segundo a autora, são elementos constitutivos do preconceito:

- Redução do Outro: o outro é reduzido a um simples rótulo e funcionamento deficitário; deixa então de ser visto como uma pessoa e passa a ser unicamente

pessoa com necessidades especiais, é despersonificado e suas características positivas são ofuscadas pelo defeito.

- Visão do sujeito incompleto: a idéia de deficiência é associada àquilo que falta, portanto, a pessoa com necessidades especiais é vista como incompleta e inferior em relação às outras pessoas.

- Negação da diversidade: são estabelecidas categorias de pessoas normais e pessoas com necessidades especiais, buscando-se uma homogeneidade inexistente e negando-se a diversidade.

- O desencontro mediado: a pessoa com necessidades especiais é considerada totalmente conhecida e comprometida em todas as áreas, sendo caracterizado um encontro indireto, baseado na ciência, no conceito e na técnica e não no encontro autêntico, face a face.

- Descompromisso com o diferente: com base em características que trazem incômodo ao Eu, que vai de encontro aos padrões aceitos, é justificado o descompromisso com o outro rotulado pessoa com necessidades especiais.

- Exílio relacional: é caracterizado como a própria relação excludente, onde o Eu se distancia do considerado diferente, do estranho que não lhe agrada e por isso não se aproxima da pessoa com necessidades especiais.

Fruto de preconceitos e discriminações, as pessoas com necessidades especiais são vistas como “peso morto” na sociedade, sem capacidades e potencialidades para o trabalho. Historicamente, é muito comum se atribuir ao próprio excluído a responsabilidade pela circunstância que o vitimou, associando-a ao seu modo de vida, hábitos, costumes,

necessidades e dificuldades que são muitas vezes considerados não apenas como diferentes, mas, desviantes ou desregrados. Contudo, torna-se extremamente importante lembrarmos que esta atitude não é presenciada apenas em relação às pessoas com necessidades especiais, mas em relação a vários outros grupos que são parte da cultura. O preconceito, assim, constitui-se em um mecanismo eficiente, cuja lógica pode atuar em todas as esferas da vida.

Os múltiplos preconceitos de gênero, de cor, de classe, etc. têm lugar tipicamente, mas não exclusivamente, nos espaços coletivos das esferas públicas e privadas. Fazem-se presentes em imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas de homens e de mulheres, nos gestos, nos espaços, singularizando-os e atribuindo-lhes a base de uma hierarquia e poderes diferenciais, diversamente valorizados, com lógicas de exclusões-inclusões conseqüentes.

Zaoual (2003) afirma que o mundo se caracteriza por uma extrema diversidade de populações. As pessoas divergem e sua matéria está em constante mudança, o que fundamenta a necessidade de humanização dos conceitos sociais. Entretanto, mesmo em um país com um povo tão particular e, ao mesmo tempo, tão mestiço de raças, credos e religiões, os grupos minoritários são sempre desvinculados de seu seio, colocados de lado e, literalmente, eliminados do centro ativo da nação. E isso porque, conforme Amaral (1994), eles não representam uma grande minoria, ou um grupo tão insignificante quanto pensamos, na verdade estamos tratando de quase um terço da população.

Segundo Gould (1999), o preconceito pode ser tão antigo quanto o próprio registro da história humana. Estudos quantitativos que utilizavam a comparação de medidas do crânio e massa encefálica – craniometria, nada mais eram do que uma das tentativas de provar a inferioridade de grupos menores e menos favorecidos. Cientistas do grupo naturalista chegaram a afirmar que tais pessoas constituíam uma sub-raça, ou uma raça específica, degenerada (TUNES 2002). Então, de acordo com Pessoti (1981), o critério mais precioso da

antiga ciência que interfere negativamente no desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais mentais é a medida do Q.I., visto que tal procedimento acaba por distinguir os "normais" dos "anormais", classificando e rotulando os abaixo da média. Entretanto, não medem efetivamente aptidões ou disposições inatas, mas sim aquilo que o indivíduo recebe de seu meio familiar, social, ou até mesmo de sua própria escola.

Trata-se de classificar, rotular, para, então, discriminar. Quando se diferencia a pessoa para colocá-la em uma determinada classe com seus semelhantes, se está discriminando. Este é o caso, por exemplo, do termo excepcional, gerador de mais preconceitos. Segundo Amaral (1994), deve-se mergulhar em definições específicas, que realmente expliquem um pouco sobre a condição atual do sujeito, como pessoa com necessidades especiais mentais e sensoriais dentre outros, não o enquadrando em um grupo maior (excepcionais) que de nada irá servir para os demais, não participantes deste, se não para intitulá-lo e distingui-lo dos outros.

Se refletirmos sobre o preconceito no âmbito da escolaridade, torna-se comum presenciarmos uma atitude camuflada, quando profissionais se dizem despreparados para atuar junto a crianças que exijam uma atenção especial. Tunes (2003) vem a afirmar, entretanto, tratar-se de uma falta de vontade. Ou seja, na verdade será que tais profissionais querem se dedicar, efetivamente, a participar da educação de pessoas que julgam tão diferentes de si mesmos? É comum a pessoa ter algum tipo de preconceito não declarado porque tem vergonha ou porque tem medo de ser criticada ou até mesmo excluída de certos grupos. Isso a leva a disfarçar o preconceito, justificando racionalmente certos comportamentos que poderiam ser qualificados de discriminatórios.

A atitude do preconceito, no geral, tem atribuição negativa, de descrédito. Entretanto, tal inferiorização de certa forma desenvolveu forças nos excluídos e seus próximos, permitindo que alvos de preconceito nomeassem finalmente seu sofrimento, passando, desse

modo, a lutar contra, de modo que os constituintes da maioria compreendessem o efeito deletério de sua atitude.

Para os excluídos trata-se de transpor uma auto-identificação negativa, mudando os valores e transformando as características ditas vergonhosas em características que orgulham. Isso aparentemente permite quebrar a dialética constituindo um alguém que define valores na sociedade.

Portanto, a vitória sobre o preconceito, tanto da deficiência quanto em relação a qualquer outra representação de um povo minoritário, só se dará quando não se visar às diferenças, mas sim sua sobreposição pela igualdade de direitos, pela percepção do outro enquanto indivíduo competente, que pode claramente atingir sua própria independência e autonomia; quando o foco for transferido da anomalia para a possibilidade; e quando a diferença for aceita como um belo e trabalhoso desafio a ser conquistado.

2.3. Uma Visão Histórica acerca da Deficiência

Uma das mais recentes polêmicas acerca da educação escolar dirigida a pessoas com de necessidades especiais diz respeito à sua inclusão na rede de ensino regular. A identificação e a provisão de condições ao desenvolvimento de habilidades têm atraído a atenção crescente tanto das autoridades responsáveis pela política educacional dos mais diversos países, como de familiares e pessoas que acompanham de perto as barreiras e dificuldades enfrentadas pelas pessoas com necessidades especiais.

O questionamento acerca da inclusão ou não da pessoa com necessidades especiais na rede de ensino regular existe e é mantido devido, principalmente, a idéias e práticas historicamente construídas, como a dura e fria eliminação dessas pessoas ou sua internação em grandes instituições de caridade.

É claro, entretanto, que avanços vêm ocorrendo desde a mais remota compreensão acerca deste tema. Segundo Amaral (1994), pode-se mapear o caminho percorrido pela deficiência seguindo uma linha bem simples, que vai do extermínio até a integração. Entretanto, inúmeros são os autores que contribuíram, a partir do desenvolvimento de estudos, para a construção do conceito de deficiência e maior ainda é o número de autores que discutem como essas concepções podem vir a interferir na vida de uma pessoa com necessidades especiais.

Uma das análises históricas do conceito de deficiência foi a realizada por Pessoti (1981). O autor expressa as diferentes formas de compreensão e tratamento das pessoas com necessidades especiais. Voltando-se para a Antigüidade clássica, por exemplo, ele ressalta o predomínio da visão sobrenatural acerca desse fenômeno, sendo notadas atitudes como o abandono dos filhos anormais, partindo-se do princípio de que as crianças, desde seu nascimento, seriam preparadas para a guerra, não sendo tolerados quaisquer defeitos que pudessem comprometer seu rendimento físico e mental.

Para esse autor, outras várias idéias colaboraram para a exclusão da pessoa com necessidades especiais, sendo estes vistos como seres repulsivos, castigados por Deus e possuídos por demônios.

> (...) com a Reforma Luterana, além de desagregados, os deficientes passaram a ser torturados, exorcizados e flagelados, muitas vezes até a morte, numa busca incessante de cura da demência a partir da expulsão de espíritos malignos dos corpos dos deficientes. (PESSOTI, 1981, p. 54-68).

Tal concepção é denominada em caráter crítico por Tunes (2002) de fatalista, devido ao caráter de predestinação inerente à deficiência.

Pessoti (1981) afirma ainda que, com a difusão do cristianismo na Europa, algumas alterações ocorreram. A religião fez com que, para as pessoas com necessidades especiais antes merecedores apenas de uma vida econômica marginal e exposta a graves riscos, fossem concedidas almas, criando-se, então, a consciência de que deveriam, portanto, ser socorridos.

Assim, a pessoa com necessidades especiais continuava desagradável e incômoda, mas, aceita no contexto divino, deveria, então, ser ajudado.

Em 1534, Sir Anthony Fitz-Herbert (PESSOTI, 1981) dá origem à visão organicista e genética da deficiência, diferenciando loucos e idiotas, dando continuidade à visão negativa da pessoa com necessidades especiais, agora, não no plano sobrenatural, mas no natural.

Entretanto, conforme Pessoti (1981), somente em 1720, Antônio Maria Valsalva humaniza a situação de pacientes com necessidades especiais, ligando-os, efetivamente, a um problema médico e não mais puramente teológico. Essa visão, denominada de naturalista, postula a origem biológica do conceito de deficiência, passando a ser este considerado um erro da natureza. De acordo com Tunes, o conceito de deficiência "nada mais é do que uma simples continuação da visão sobrenaturalista, ocorrendo uma mudança apenas de seu foco: o agente causador passa de Deus para a natureza" (TUNES, 2002, pp. 14-21).

As torturas e os exorcismos, então, dão lugar ao diagnóstico clínico e ao atendimento médico (PESSOTI, 1981).

Conforme análise histórica desse autor, a atitude médica de Condillac (PESSOTI 1981) acaba, algum tempo depois, por influenciar o pensamento de Pinel (PESSOTI 1981) e determinar o princípio de educação especial, que seria desenvolvida apenas no início do século XIX por Itard (PESSOTI 1981). A concepção organicista da Contra Reforma daria origem mais tarde à obra de Chiaruggi (*apud* PESSOTI 1981), tendo sido construído na Toscana um hospital especial para "alienados" incluindo pessoas com necessidades especiais mentais. É Chiaruggi (PESSOTI 1981) quem define, em 1793, a loucura como um déficit de inteligência e de manifestações emocionais, ou seja, o sujeito seria caracterizado não apenas por limitações físicas, mas também por não apresentar sentimentos humanos.

Pinel (apud PESSOTI 1981) reafirma a visão genética da deficiência, encontrando na patologia cerebral as origens das aberrações mentais e determinando a concepção ulterior da

doença mental. Nessa mesma ótica organicista acerca da loucura, em 1840, Morel (PESSOTI 1981) propõe a teoria da degenerescência, segundo a qual ocorre uma degradação do ser humano em relação à geração precedente de sua família. Portanto, pais desequilibrados dariam origem a filhos histéricos que, por sua vez, gerariam filhos com tendências inatas para a loucura.

Em continuidade a essa visão, Langdon Down (PESSOTI 1981), ao descrever em 1866 a síndrome que leva seu nome e que hoje é uma das mais conhecidas, tenta explicá-la como uma degenerância racial, sendo, portanto um regresso acidental a uma raça primitiva.

Mesmo no século seguinte, o caráter hereditário da deficiência ainda persiste e é constantemente discutido. Segundo Pessoti (1981), em 1914, Goddard afirma que a maioria das deficiências é transmitida de pai para filho, tal qual características físicas como a cor dos olhos, do cabelo e da pele. Aproximadamente duas décadas depois, Cattell (PESSOTI 1981) desenvolve um estudo acerca de um dos mais famosos conceitos quando se trata da mensuração de inteligência: o Q.I., ou seja, a medida do quociente de inteligência, originalmente criada em 1904 por Alfred Binet. Cattell (PESSOTI 1981), baseado em suas pesquisas, afirma a partir do cálculo do Q.I. nacional, que, a cada geração, ocorre um aumento de aproximadamente 24% do total de pessoas com necessidades especiais na população, o que acarretaria, então, uma comunidade composta de 50% de pessoas com necessidades especiais em apenas 300 anos. Eis, então, a idéia de incurabilidade da deficiência, já que esta implicaria um caráter estritamente hereditário.

Januzzi (1992) afirma que somente com o progresso de estudos acerca das reais limitações físicas da pessoa com necessidades especiais e do advento da percepção de que elas também são educáveis, após 1960 passam a ser instituídas as escolas especiais e oficinas pedagógicas em vários países. Tais Centros apesar de visarem uma possível integração destes

indivíduos na sociedade, acabaram por reforçar sua segregação e distanciamento da cultura, cuidando e os abrigando, contudo segregando-os, salientando ainda mais sua exclusão.

Partindo-se da análise do modelo médico da deficiência – uma concepção fatalista – construído historicamente e até hoje disseminado por muitos estudiosos, podemos compreender um pouco melhor a razão pela qual as pessoas com necessidades especiais estão freqüentemente expostas à discriminação. Conforme este modelo, a pessoa com necessidades especiais é declarada como doente, ou seja, um sujeito passivo, considerado dependente e incapaz de trabalhar. De acordo com Sassaki (1997), tal modelo tem influenciado fortemente a sociedade, tornando-a resistente a aceitar a mudança de sua estrutura para adequação e recepção de pessoas com necessidades especiais no cotidiano educacional e profissional, dentre outros.

A concepção majoritária da população mundial percebe a deficiência como um fenômeno de origem estritamente orgânica. São, então, eleitas pessoas com necessidades especiais os sujeitos portadores de defeitos físicos, intelectuais, cognitivos ou qualquer indivíduo que tenha sua independência e autonomia ameaçadas. De acordo com estudos realizados pelos autores já citados anteriormente e sintetizado pela Organização Mundial de Saúde (1976), são distintos cinco tipos de deficiência:

- Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

- Deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis.

- Deficiência visual: privação da capacidade de ver, em parte ou totalmente. Funcionamento visual comprometido, mesmo após tratamento e/ou correção de erros refracionais comuns com o uso de óculos. Até alguns anos atrás, as pessoas com baixa visão eram consideradas cegas e tratadas como tal. Atualmente, os oftalmologistas sabem como ensinar as pessoas a utilizar adequadamente seu potencial, contribuindo para melhorar a sua qualidade de vida.

- Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como a comunicação, o cuidado pessoal, as habilidades sociais, a utilização da comunidade, a saúde, a segurança, as habilidades acadêmicas, o lazer e o trabalho.

- Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Assim, tenta-se instituir causas à deficiência, numa busca incansável de um culpado por algo julgado tão negativo. Atestam-se inúmeros fatores de risco que podem levar à instalação da deficiência mental. Mas, mesmo utilizando-se de sofisticados recursos diagnósticos, não se chega a definir com clareza a etiologia da deficiência.

Trata-se de três dimensões básicas ao se abordar a deficiência; a prevenção ao impedimento (barrar a causa); a reabilitação da deficiência (possibilidades reais); e a integração social (compreensão não-discriminatória da comunidade).

Segundo o modelo médico, o desenvolvimento da pessoa com necessidades especiais não ocorre de forma regular, homogênea. Ainda hoje se percebem algumas crenças generalizadas de que a pessoa com necessidades especiais não assimila os conhecimentos com

a mesma velocidade que uma pessoa de sua mesma idade cronológica. Estudos realizados por Brizolara (1988 *apud* AMARAL 1994) acerca do crescimento orgânico e emocional da criança mostraram que, desde seu nascimento, esta apresenta potencial para desenvolver-se. Porém, no caso de crianças com necessidades especiais, que possuem seu aspecto relacional prejudicado por sua condição peculiar, suas chances de serem aceitas são cada vez menores, podendo ser ocasionada uma personalidade pouco estruturada e organizada.

Cabral e Nick (1998) caracterizavam a deficiência como uma expressão que designa os níveis de desenvolvimento como subnormal. Ou seja, refere-se ao funcionamento geral significativamente abaixo da média que se manifesta durante o período de desenvolvimento. Torna-se claro a partir de tal denominação como a deficiência é vista baseada em uma comparação com os demais, com o grupo de pessoas que formam a maioria da população, sendo atribuído ao menor grupo, dos que estão classificados como abaixo da média, o título de pessoas com necessidades especiais. O Manual Estatístico dos Distúrbios da Associação Psiquiátrica Americana (DSM – IV), além de caracterizar a pessoa com necessidades especiais como abaixo da média, identifica suas limitações, citando complicações na comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, autonomia, aptidões escolares, trabalho e até mesmo no lazer. Segundo Amaral (1994), desalojando o desconhecido e os diferentes, a Ciência foi dando à sociedade subsídios para a perpetuação dos estereótipos.

2.4. Uma concepção contemporânea de deficiência

São diversas as formas de se compreender a deficiência, desde as mais antigas, cobertas de mitos e crenças, até as mais atuais, baseadas em estudos científicos e pesquisas. Mas o que seria fundamentalmente a deficiência? Jannuzzi (1985) afirma que tal conceito e

sua atribuição são de total responsabilidade da sociedade, bem como a exclusão dos diferentes, cujo comportamento foge do esperado. Assim, são designados anormais todos aqueles que, de certa forma, perturbam a ordem vigente.

Opostamente à concepção fatalista, composta segundo Tunes (2002) pelas denominadas visões sobrenaturalistas, de caráter divino, e naturalista caracterizado pela origem orgânica da deficiência – surge à concepção eussêmica, admitindo a possibilidade de desenvolvimento do indivíduo com necessidades especiais. A palavra deficiência tem origem na língua grega e representa as ocorrências favoráveis em uma doença. Tal concepção é dividida em visão social e histórico-cultural.

De acordo com a visão social (TUNES 2002), o rótulo de deficiente é atribuído pela sociedade e meio relacional, ou seja, a denominação é caracterizada pelo papel ou status social adquirido. São, assim, eleitas como tais pessoas que possuem limitações na execução de atividades culturalmente valorizadas e exigidas. Desta maneira, a pessoa com necessidades especiais é instituída como incapaz devido a concepções sócio-culturais e não biológicas.

De acordo com a visão social da deficiência:

> (...) as deficiências não são, do ponto de vista psicológico, diferenças individuais quaisquer. Aquelas têm, necessariamente, algumas significações de desvantagem e de descrédito social. Portanto, são determinadas diferenças às quais foram atribuídas determinadas significações de desvantagem e que levam os seus portadores a serem desacreditados (OMOTE, 1994 p. 66.).

Um claro exemplo desta visão social é a definição de deficiência apresentada pela Organização Mundial de Saúde (SASSAKI 1997), sendo esta caracterizada como qualquer restrição ou falta de habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano.

Vygotsky (1983) afirma em uma busca de derrubar a tese puramente orgânica da deficiência, que a concepção meramente aritmética é um traço típico da defectologia antiga e ultrapassada. Segundo o autor, a pessoa com defeito não caracteriza diretamente um

deficiente, sua atribuição vai depender do meio social. Portanto, uma mesma anomalia gera impactos sociais diferentes, dependendo do momento e da forma como é interpretada, acreditada e superada.

Numa linha de raciocínio similar à desenvolvida por Vygotsky (1983), em que a limitação é atribuída pelos membros da comunidade na qual vive a pessoa com necessidades especiais, Amaral (1994) de acordo com a Organização Mundial de Saúde (SASSAKI 1997) divide a deficiência em dois tipos: a deficiência primária e a secundária. A deficiência primária englobaria o dano ou anormalidade de estrutura ou função elementar. Já a deficiência secundária estaria culturalmente ligada ao conceito de incapacidade, ou seja, a condição caracterizaria uma condição de desvantagem, o que só é possível em um esquema comparativo, confrontando aquela pessoa ao seu grupo. A autora explica ainda que, mesmo que consideradas irreversíveis, as limitações apresentadas na deficiência primária não são por si só um impedimento absoluto ao desenvolvimento. O quanto à criança com necessidades especiais, mesmo neste caso, irá apresentar de progresso, depende igualmente das possibilidades oferecidas pelo ambiente e suas experiências.

Todavia, reconhece-se também que, da mesma maneira, a deficiência secundária pode estagnar ou impedir o desenvolvimento do indivíduo, aprisionando-o em um nível que, se não fossem as barreiras da sociedade, certamente seria bem mais elevado. Ou seja, serão impostas pelo meio limitações não inerentes à deficiência realmente, por meio da não oferta de experiências necessárias ao seu progresso pessoal. Portanto, caracteriza-se não pela diferença em si, mas sim pelo modo como o meio a vê. Desta maneira, a deficiência secundária pode vir a dificultar, ou até mesmo impedir o desenvolvimento do indivíduo.

Mazzotta (1998) explica que a pessoa com necessidades especiais é designada por fatores e limitações intrínsecos e extrínsecos, requerendo modificações e adaptações do meio a fim de atingir seu potencial máximo. Fonseca (1995) afirma ainda que, se por um lado,

temos a deficiência, por outro temos as necessidades educativas, as potencialidades que precisam ser estimuladas para que a pessoa com necessidades especiais conquiste uma melhor forma de viver no mundo.

Sendo assim, de um modo geral, de acordo com Tunes (2002), o fenômeno da deficiência deve compreender a comunicação coletiva, a colaboração e as relações sociais experenciadas com os demais. Uma nova concepção acerca da deficiência é assim instituída, em que o caráter fatalista que implica causas divinas, sobrenaturais, ou simplesmente orgânicas e hereditárias é de certa forma deixada de lado e uma visão contextualizada com o meio social passa a vigorar. A predestinação deixa de ser o grande e único responsável pela deficiência em uma tentativa de se compreender verdadeiramente o que esta vem a ser e quais são suas conseqüências.

Assim, autores como Vygotsky, Amaral, Omote, Mazzotta, Fonseca e Tunes acima citados humanizam a abordagem à deficiência. A partir do momento em que tais autores expõem a pessoa com necessidades especiais como ser humano, digno dos mesmos direitos dos demais, mas que esbarra nas barreiras impostas pela sociedade, uma nova compreensão é desenvolvida, fazendo com que a deficiência deixe de ser um tabu e passe a ser uma realidade que tem de ser trabalhada e vivida.

O processo de sentimento de inferioridade das pessoas com necessidades especiais é um aspecto do condicionamento das relações humanas. Nenhuma diferença é em si vantajosa ou não, são as expectativas do meio social que vão designá-la como tal. É a não recepção e aceitação ao diferente que vai fazer com que isso seja considerado inadequado, negativo, indesejável e principalmente uma barreira impossível de se ultrapassar e vencer. Portanto, com base em idéias e conceitos historicamente criados, mas até hoje evidenciados, podemos dizer que o não compromisso para com as pessoas com necessidades especiais foi o grande

responsável por sua estagnação em uma classe diferenciada, menosprezada e desvalorizada pelos considerados “normais”.

Assim, acaba por se instituir o preconceito da deficiência, impedindo ou, no mínimo, dificultando a ocorrência de uma relação igualitária, com o reconhecimento do outro enquanto ser humano, sendo então imposto um rótulo, uma classificação que despersonifica estes sujeitos. Eles passam, então, a ser considerados incapazes, limitados, comprometidos, dependentes, ou mesmo um eterno peso para a família, enquanto a sociedade forma grupos de maioria que colaboram para esta distinção.

2.5. Uma Política de Inclusão

As duas últimas décadas foram marcadas por movimentos sociais importantes, organizados por pessoas com necessidades especiais e por militantes dos direitos humanos, que conquistaram o reconhecimento do direito das pessoas com necessidades especiais a plena participação social. Essa conquista tomou forma nos instrumentos internacionais que passaram a orientar a reformulação dos marcos legais de todos os paises, inclusive do Brasil.

Um desses instrumentos é a Declaração I Programa de Ação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena (1993), que ratificou o princípio da diversidade e estabeleceu, ao lado do direito à igualdade, o direito à diferença: o reconhecimento da pluralidade de sujeitos portadores de direitos e de seus direitos específicos como parte integrante e indivisível da plataforma universal dos Direitos Humanos.

Isso significou o rompimento de um paradigma centrado na idéia de integração das pessoas com necessidades especiais, que visava aproximá-las dos padrões de normalidade vigentes, em favor de um outro, o da inclusão, centrados na mudança radical das práticas

sociais com respeito à diferença. No artigo 22 da Declaração de Viena (1993, p.5) está expresso:

> Deve-se dar atenção especial às pessoas portadoras de deficiências, visando a assegurar-lhes um tratamento não – discriminatório e eqüitativo no campo dos direitos humanos e liberdades fundamentais, garantindo sua plena participação em todos os aspectos da sociedade.

Tal mudança introduz uma nova ética, a ética da diversidade, que rompe com a idéia de um modelo de humanidade e de seres humanos, rompendo, por exemplo, com a idéia de padrões sociais e de adaptação dos excluídos ao *status quo*.

Essa ética é um legado da mobilização das pessoas com necessidades especiais, assim como de outros segmentos discriminados. E é um alicerce necessário em nossa luta comum pela emancipação social, política e econômica do País. Pois, se a história tornou essas pessoas sujeitas à dependência, à exclusão, foi a sua consciência histórica, convertida em resistência e em luta, que as tornou sujeitos de direitos, e de sua própria emancipação.

Implantar uma política inclusiva é o atual desafio da educação brasileira. Nele, conjugam-se o dever do Estado e o direito da cidadania. Hoje, mais do que ampliar e aprofundar os marcos legais deve-se concretizar, no cotidiano, as conquistas positivas na legislação brasileira em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais. A educação brasileira, no processo de se fazer inclusiva, converte-se em poderoso instrumento de promoção dos direitos humanos e de uma cultura de paz.

O Brasil em sua política educacional deve fazer da diversidade presente na composição de seu povo um alicerce na construção de um mundo também diferente deste em que se vive. Um Mundo mais solidário, mais justo, mais humano. Um Mundo de pessoas e países que construam, na radicalidade democrática, as condições de sua própria emancipação.

O termo inclusão foi oficializado no Encontro de Salamanca na Espanha, em 1994. Foi emitido, nesta ocasião, um documento sobre os princípios, a política e a prática da educação para as pessoas com necessidades especiais, apontando a urgência de ações educacionais

capazes de reconhecer a diversidade das crianças e atender a quaisquer que sejam suas necessidades físicas e sociais. A declaração emitida durante o Encontro de Salamanca possui como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar. Por meio dela, privilegiam-se os projetos de escola, que, no caso da educação inclusiva, apresenta as seguintes características: um direcionamento para a comunidade; vanguarda; altos padrões; colaboração e cooperação; mudando papéis e responsabilidades; estabelecimento de uma infra-estrutura de serviços; parceria com os pais; ambientes educacionais flexíveis; estratégias baseadas em pesquisas; estabelecimento de novas formas de avaliação; acesso e continuidade no desenvolvimento profissional da equipe técnica.

O processo de inclusão escolar refere-se a um processo educacional que visa a estender ao máximo a capacidade da criança com necessidades especiais na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços da área de educação especial por meio dos seus profissionais, entretanto, em classes comuns, do ensino regular. Trata-se, então, de um processo constante que precisa ser continuamente revisto.

A inclusão escolar sugere a imagem de uma escola em movimento, em constante transformação e construção, de enriquecimento pelas diferenças. Este movimento implica uma mudança de atitudes, reflexões acerca da prática pedagógica a ser implantada, bem como a modificação e adaptação do meio. O projeto pedagógico da escola inclusiva viabiliza-se por meio de uma prática que tenha como princípio a promoção do desenvolvimento da aprendizagem de todos os educandos, sejam eles pessoas com necessidades especiais ou não. Busca-se instituir novas formas de relação, gerando confiança, responsabilidade e compromisso com o crescimento intelectual da pessoa com necessidades especiais. Como visto, não se trata apenas de um processo, mas, sobretudo, como explicitado por Tunes (2002), de uma opção. Contudo, não se está falando especificamente de incluir, mas

primordialmente de deixar de excluir a minoria, as pessoas socialmente julgadas como indesejáveis.

Sendo assim, a inclusão escolar deve atender:

> (...) aos estudantes com deficiências nas vizinhanças da sua residência; propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns; propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência; além de propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum. (SANTOS, 1989, p.57).

Com a educação inclusiva, os professores da classe comum do ensino regular passam a ter um novo alunado; são os chamados "alunos especiais", "pessoas com deficiência", "pessoas com necessidades educativas especiais", ou simplesmente estudantes. Estudantes que começam, de certa forma a freqüentar, a pertencer às escolas da sua comunidade, onde seus irmãos, primos e vizinhos estudam.

A proposta de atender alunos com necessidades educacionais especiais junto aos demais alunos, portanto, priorizando as classes comuns, implica atentar para mudanças, no âmbito dos sistemas de ensino, das unidades escolares e da prática de cada profissional da educação, em suas diferentes dimensões e respeitando suas particularidades.

De acordo com a Declaração de Salamanca (CORDE, 1994), experiências em vários países demonstram que a integração de crianças e jovens com necessidades especiais é melhor alcançada dentro de escolas regulares inclusivas, que servem a todas as crianças dentro da comunidade. É dentro deste contexto que eles podem atingir o máximo progresso educacional e integração social. Sendo assim, não se trata de defender uma causa sem fundamentos; experiências mostram o quanto é válida a execução da educação inclusiva. A participação do aluno com necessidades especiais nas atividades escolares de forma integrada com seus colegas beneficiam a percepção mais ampla da realidade social. Para tal faz-se necessário que

os profissionais da escola sejam capazes de oferecer oportunidades de atendimento educacional que prevejam as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno, ou seja, uma individualização do ensino de acordo com a necessidade específica de cada um.

Investimentos em escolas especiais existentes deveriam ser canalizados a este novo e amplificado papel de prover apoio profissional às escolas regulares, no sentido de atender às necessidades educacionais especiais. Uma importante contribuição às escolas regulares seria, então, a provisão de métodos e conteúdos curriculares às necessidades reais e individuais de todos.

A formação dos profissionais da educação especial deve ser vista e focada não apenas em um novo contexto curricular, mas principalmente na habilitação de trabalhar em um ambiente novo, diferente, desconhecido e de assumir o papel de formador social. Nessa perspectiva de transformação e atualização, não basta só o professor buscar alterar suas práticas, mas a escola, o contexto onde este professor está inserido deve sofrer alterações. Os professores não podem mudar sem uma transformação nas instituições em que trabalham, nem as escolas podem fazer mudanças sem o empenho especial dos professores. Deve haver uma articulação entre a escola, seus projetos e seus professores, pois um depende do outro. O investimento que a escola faz em seu professor, converte-se para o futuro da própria instituição. Sendo assim, esta deve adotar junto ao currículo, estratégias que viabilizem o desenvolvimento do aluno, como estruturação física local, conscientização da comunidade, capacitação de profissionais a fim de promover uma educação sem discriminação de saberes e atitudes.

De acordo com o Ministério da Educação, o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de qualquer diferença que possa haver entre elas. Assim, crianças com necessidades

educativas especiais têm o direito de receber suporte extra para assegurar uma educação igualitária. A escola e seus professores, particularmente, não podem ser tomados como únicos responsáveis pela garantia da aprendizagem de todos os alunos, mas sim como parte integrante da implementação de políticas de educação.

Na Declaração de Salamanca (CORDE 1994), foram definidas atitudes como oferecer a todas as crianças, sem exceção, a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, sendo as crianças com necessidades especiais acomodadas dentro de uma pedagogia capaz de satisfazer suas necessidades. Foi ainda concluído que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras.

A inclusão no sistema educacional é um direito pleno das pessoas com necessidades especiais, ou seja, a matrícula de pessoas com necessidades especiais em cursos regulares de instituições públicas e particulares é um dever da escola. A educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro. Sendo assim, não é permitido recusar, suspender, fazer cessar ou cancelar sem justa causa a inscrição do aluno em instituição pública ou privada, devido unicamente à sua deficiência. Pelo fato de o preconceito ser moralmente condenado e a discriminação ser juridicamente sujeita à punição, suas manifestações tornaram-se cada vez mais sutis, disfarçadas, o que dificulta a reunião de provas que tenham validade jurídica.

Constitucionalmente, sabe-se que as crianças e adolescentes com necessidades especiais têm seus direitos garantidos, uma vez que grande parte dos textos legais existentes hoje no mundo afirma o princípio da não-discriminação. Entretanto, embora seja possível fazer cumprir uma lei que obrigue escolas a receberem crianças com necessidades especiais em suas classes, não se pode fazer uma lei que obrigue as pessoas a aceitarem e serem amigas destas. A aceitação não pode ser imposta às pessoas, mas as leis devem ser rigorosamente

cumpridas e os direitos dos cidadãos, pessoas com necessidades especiais ou não, têm de ser respeitados.

Embora seja um fato óbvio, a presença de diferenças individuais tende, em virtude de preconceitos e mitos, a atribuir ao aluno com necessidades especiais a posição de inferior, de incapaz, de cidadão de "segunda categoria" não merecedor de convívio com os demais, ou, pior ainda, responsável por prejuízo e atraso na educação dos que compartilham da mesma sala de aula.

Segundo a Declaração de Salamanca (CORDE, 1994), a educação de crianças com necessidades especiais deve ser considerada:

> (...) uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva dos pais favorece a integração escolar e social... O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através da provisão de informação necessária em linguagem clara e simples (p. 13).

Sendo assim, tal parceria torna-se fundamental, sendo atribuído aos pais o papel de parceiros ativos no processo de socialização, formação ética e não-discriminatória de seus filhos não deficientes.

Algumas das leis que amparam as pessoas com necessidades especiais são:

- Lei nº. 8.069, de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e de outras providências.
- Lei nº. 8.859, de 23 de março de 1994. Modifica dispositivos da lei nº. 6.494, de sete de dezembro de 1977, estendendo aos alunos do Ensino Especial o direito à participação em atividades de estágio.
- Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

- Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de necessidades especiais e sua integração social.
- Lei nº. 10.845, de cinco de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.

2.6. Os desafios da educação inclusiva

Há estudos que demonstram que as diferenças individuais, quer sob o ponto de vista físico quer do sensorial, não constituem uma fatalidade irremovível, nem desabilitam as pessoas para a plenitude de suas realizações pessoais e sociais. Cada indivíduo, com personalidade é dotado de um potencial que, convencionalmente orientado, pode permitir, quase sempre, a conquista de autonomia e independência. Conforme Sassaki (1997) autonomia diz respeito ao domínio do ambiente físico e social, ou seja, na prática, reflete-se em rampas nas calçadas e cardápios em Braille dentre outros. Já a independência é a possibilidade de opinar sem depender de outras pessoas, percebendo seus próprios desejos e interesses. O movimento inclusivo visa, então, à vida autônoma e independente das pessoas com necessidades especiais, dando a estas o poder de decidirem sobre suas próprias escolhas.

O estilo de vida independente é de fundamental importância no processo de inclusão, pois incentiva as pessoas com necessidades especiais a participarem ativamente da comunidade em que vivem colaborando com idéias e tarefas que julguem interessantes no âmbito não só individual, mas também político, econômico e cultural, fazendo escolhas e lutando por estas. Quando este poder não lhes é concedido, de certa forma se está excluindo a pessoa com necessidades especiais, e pior, tirando seu direito de viver. Em contraposição, quando não só permite-se como, principalmente, colabora-se para sua autonomia e independência, pratica-se, efetivamente, uma das bases da inclusão. Conceitua-se inclusão

social, de acordo com Sassaki (1997), o processo pelo qual a população e o meio se adaptam para receber o diferente. Dessa maneira, caracteriza-se por um processo bilateral, em que excluídos e sociedade trabalham juntos em prol da equiparação de oportunidade para todos.

Tunes (2003) afirma, no entanto, que não se vive tal polêmica, atualmente, se antes de se pensar em incluir, não tivesse excluído. Ou seja, vive-se notoriamente em uma sociedade excludente e, conseqüentemente, se hoje luta-se por uma educação inclusiva das pessoas com necessidades especiais, é porque, em algum momento, eles foram privados do processo de ensino escolar. Assim, pode-se considerar que não há inclusão em contraposição à exclusão. Ambos fazem parte de um mesmo processo, o de inclusão pela exclusão. A inclusão pela humilhação se objetiva das mais variadas formas, desde a inclusão pela curiosidade até a inclusão pela piedade.

Contudo, deve-se compreender a inclusão como uma melhoria para a sociedade como um todo, como uma possibilidade de progresso a partir da aceitação de um ser diferente e da negação à homogeneidade da população. Para tanto, faz-se necessário à construção de uma comunidade inclusiva, não por conotações negativas, mas que estabeleça um compromisso com as minorias, dentre as quais se inserem os alunos que apresentam necessidades educativas especiais.

É importante ressaltar que este movimento pela sociedade inclusiva é internacional e o Brasil está engajado nele, pois uma grande demanda de pessoas com necessidades especiais aguarda apenas pela oportunidade de participar plenamente da vida em sociedade, trabalhando, estudando, ou simplesmente se divertindo, como têm o absoluto direito. A escola deve, então, ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender a todas as crianças, sem exceção, sejam elas com necessidades especiais ou não.

A educação numa democracia é o principal meio de formação do indivíduo para o exercício de suas funções na sociedade. Logo, é de vital importância que as diretrizes norteadoras da política nacional de educação contemplem a todos, sem discriminação.

Fonseca (1995) afirma que a educação deve encarar a criança como um todo, de um modo em que não só as matérias escolares sejam valorizadas. Não se pode esquecer que cabe à escola a responsabilidade do desenvolvimento social e emocional da criança. Escolas centradas na criança são a base para uma sociedade igualitária focada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos. Por um tempo demasiadamente longo, os problemas das pessoas com necessidades especiais têm sido forjados por uma sociedade que inabilita que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais das pessoas.

Para que haja uma real inclusão, primeiramente, a pessoa com necessidades especiais precisa ser vista como uma pessoa ativa, passível de desenvolvimento e aprendizagem, desde que o meio e os profissionais envolvidos se prontifiquem a vê-la como tal. Ou seja, não constitui apenas uma tarefa técnica, depende acima de tudo de convicções, compromissos e, principalmente, disposição para trabalhar tais questões.

Numa sociedade, a inclusão passa a ser a palavra chave para se alcançar à verdadeira democracia. A cidadania se estabelece pela igualdade dos direitos e deveres, pela igualdade de poder exercê-los plenamente. As pessoas com necessidades especiais fazem parte das chamadas minorias excluídas, como os negros, pobres, analfabetos e desempregados, que, como explicitado por Gould (1999), sofrem com a discriminação há vários séculos.

Para que estas pessoas desfavorecidas, pessoalmente ou pelas circunstâncias sociais, integrem-se no mundo, é preciso, em primeiro lugar e antes de tudo, que este mundo as aceite. Analisando o contexto escolar, por exemplo, não basta simplesmente que seja fornecida à

criança com necessidades especiais uma carteira para que a ocupe no fundo da sala. Trata-se de dar a oportunidade para que participe ativamente da vida do grupo em que se encontra.

Como retratado por Tunes (1998), no caso de um aluno com síndrome de Down inserido no ensino regular, é percebida claramente sua marginalização, o seu tratamento insignificante em sala de aula. Ele é notado apenas pelos problemas que causa não sendo apresentado compromisso algum para com a sua aprendizagem. Muitas vezes, não só os alunos com necessidades especiais como toda sua família convivem constantemente com a ameaça de reprovação ou de "envio" para o ensino especial. Contudo, nenhum esforço é apresentado por parte dos profissionais responsáveis pela educação destes, deixando claro o quanto o preconceito ainda é forte, mesmo em pessoas diretamente ligadas à área educacional.

Incluir significa aceitar o desafio de superar o preconceito. Não é o simples acesso às dependências escolares que implica inclusão, mas sim uma identificação do outro enquanto ser humano. Não se trata de favorecer a sua entrada no contexto cultural rotineiro, mas de modificar a mentalidade dos que convivem neste ciclo. Uma forma clara de se ilustrar tal mobilização é o modo como à rede de ensino regular, através da inclusão do aluno com necessidades especiais, apresenta-se como um meio eficaz de combater as atitudes discriminatórias, de criar uma comunidade acolhedora, integrada, proporcionando assim uma educação efetiva.

Para que a escola possa ser considerada um espaço inclusivo, ela precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar hoje tem de ser visto como um espaço de todos e para todos.

A escola, depois da família, é o primeiro espaço fundamental para o processo de socialização da criança. A atual política educacional brasileira inclui, em suas metas, a

integração de crianças e jovens, com necessidades especiais, na rede de ensino regular com o apoio, é claro, de um atendimento especializado. Busca-se, então, um preparo para oferecer a estes a oportunidade de experenciar e utilizar nada mais do que seus direitos enquanto cidadão.

Muitas pessoas, ainda hoje, não compreendem bem a inclusão escolar, não entendem seus princípios e objetivos. Na verdade, esta educação busca inserir as crianças com necessidades especiais em classes regulares, necessariamente com apoio, recursos, programas, processos de avaliação e profissionais com nova atitude e competência.

2.7. Fontes de recursos e mecanismos de financiamento da educação especial

Nos termos da Constituição Federal (1998), a União, além de organizar e financiar o sistema federal de ensino – instituições de ensino públicas federais – exerce, em matéria de educação básica, função redistributiva e supletiva, para garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

No âmbito da União, se destacam os recursos orçamentários, oriundos dos impostos federais. O Ministério da Educação dispõe de fontes de financiamento para o desenvolvimento de programas educacionais: os recursos do Tesouro, oriundos da Receita Tributária da União e os provenientes da contribuição do Salário Educação – recolhido pelas empresas como parte da legislação trabalhista – gerenciados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Os projetos da Educação Especial apresentados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios por meio de Plano de Trabalho Anual – PTA, que podem receber assistência financeira da União estão diretamente ligados à capacitação de docentes, aquisição de

equipamentos, aquisição de material didático e pedagógico e adaptação arquitetônica das escolas para acessibilidade. Assim, o apoio financeiro se destina ao desenvolvimento da educação, por meio de ações voltadas à estruturação e qualidade dos serviços.

O Ministério da Educação, considerando suas competências, estabelece critérios e procedimentos de financiamento da educação especial visando organizar, articular e apoiar a execução de ações das entidades governamentais ou não-governamentais assegurando os serviços educacionais especializados que possibilitem o acesso e a permanência com qualidade a todo o educando.

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios utilizam, também, os recursos da cota do salário educação, transferida para promover o desenvolvimento de ações na área educacional e recursos do próprio orçamento.

As escolas especiais vinculadas às organizações não-governamentais recebem assistência técnica e financeira por parte do Poder Publico nos âmbitos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em diferentes áreas das políticas públicas, com recursos vinculados à Educação, à Saúde, à Assistência Social e ao Trabalho.

Além do repasse de recursos financeiros, através de Planos de Trabalho Anual – PTAs, o Ministério da Educação aplica também recursos financeiros nos programas específicos que dão suporte ao desenvolvimento da educação especial no país, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Assim, a Educação Especial contribui oferecendo recursos e serviços educacionais com o objetivo de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento integral dos educandos, com efetiva aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo aborda os dados obtidos a partir dos questionários aplicados e se estrutura em três sessões. Uma seção destina-se aos dados obtidos a partir das respostas dos diretores, coordenadores e orientadores, outra sessão é destinada aos dados obtidos a partir das respostas dos professores e uma outra com os dados obtidos a partir das respostas dos pais de alunos.

3.1. Questionários destinados aos diretores, coordenadores e orientadores.

I - CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

Gráfico um - Cargos Ocupados pelos gestores - (Anexo IV – Tabela 1)

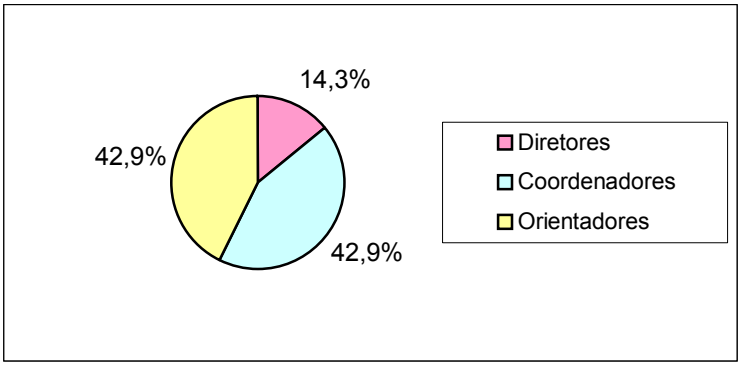


Tabela 2 – Formação acadêmica dos Diretores

Graduação	Pós-graduação Lato sensu	Pós-graduação Stricto sensu
Pedagogia - Administração Escolar	Ensino Especial – Equoterapia Didática do Ensino Superior	Mestrado em Educação

Tabela 3 – Formação acadêmica dos Coordenadores

Graduação	Pós-graduação Lato sensu	Pós-graduação Stricto sensu
• Física, • Biologia, • Geografia, • Pedagogia, • História e • Química.	• Administração Escolar	• Mestrado em Física

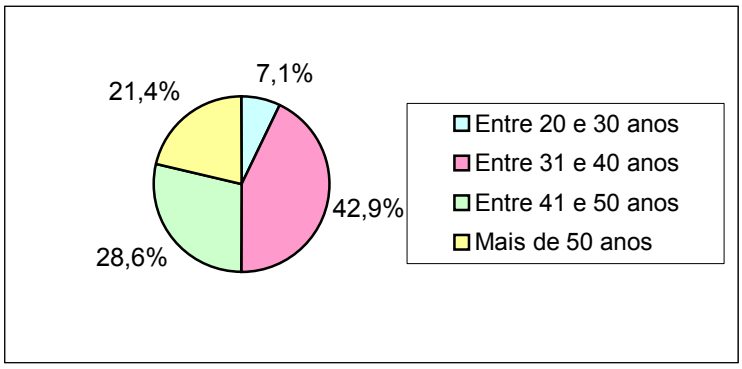
Tabela 4 – Formação acadêmica dos Orientadores

Graduação	Pós-graduação Lato sensu	Pós-graduação Stricto sensu
• Pedagogia - Orientação Escolar. Psicologia.	• Orientação no Ensino Especial • Psicopedagogia	• Mestrado em Psicologia

Tabela 5 - Tempo em que estas pessoas trabalham na escola

Na instituição	6 meses a 11 anos
Em outras instituições	2 a 17 anos

Gráfico 2 - Faixa Etária dos respondentes (Anexo IV – Tabela 6)



Os dados indicam que a faixa etária de maior concentração dos respondentes desta categoria está entre 31 a 40 anos perfazendo um total de 42,8%.

II. VISÃO DE PRECONCEITO

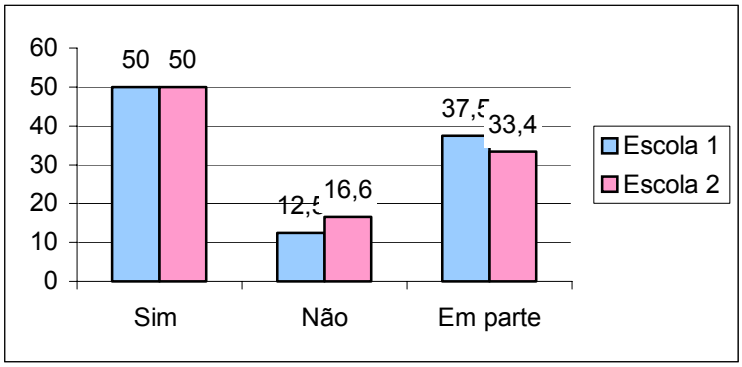
Primeira Pergunta

Todos os entrevistados responderam que o preconceito pode ser uma barreira à inclusão de crianças com necessidades especiais.

Segunda Pergunta

Indagados sobre a existência do preconceito nas escolas em relação aos alunos com necessidades especiais, os respondentes se posicionaram conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Sobre a existência do preconceito nas escolas em relação aos alunos com necessidades especiais. (Anexo IV – Tabela 7)



A maioria dos respondentes, ou seja, 50% afirmaram que sim existe preconceito nas escolas. Mais de 30% assinalaram que existe em parte. E em torno de 12% são da opinião que este preconceito não existe.

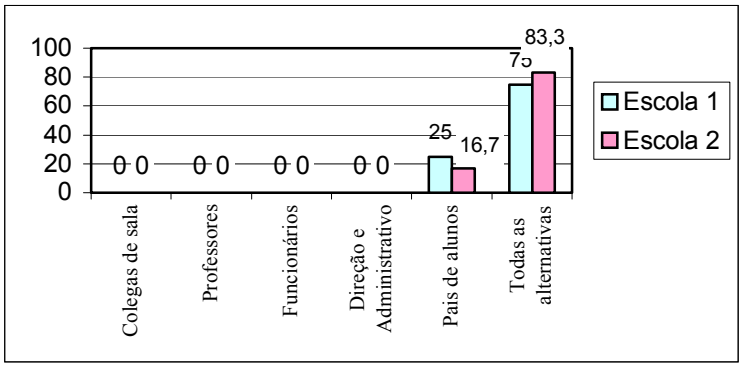
Quando afirmavam a existência do preconceito nas escolas os respondentes argumentavam que as causas seriam:

- *"Falta de profissional habilitado na área para conscientizar os alunos e professores da importância da inclusão".*
- *"Falta de sensibilidade das pessoas".*
- *"Medo de não saber lidar com as crianças com necessidades especiais".*
- *"Dificuldades em lidar com o fato de estes alunos poderem freqüentar uma sala de aula regular".*
- *"Falta de esclarecimento da população".*

Terceira Pergunta

Indagados por parte de quem o preconceito se manifesta os respondentes se posicionaram conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 4 - Por parte de quem o preconceito se manifesta. (Anexo IV – Tabela 8)



Analisando as respostas no gráfico 4 verificamos que a maioria dos respondentes assinalou todas as alternativas como sendo responsáveis pelas manifestações de preconceito nas escolas, porém alguns foram taxativos em assinalar a resposta que este preconceito tem como autores principais os pais de alunos. Chama-nos atenção o fato de os outros itens não terem sido assinalados.

Quarta Pergunta

Todos os entrevistados responderam que não existe uma forma mais grave de se manifestar o preconceito em relação a pessoas com necessidades especiais, argumentando que qualquer forma de discriminação é grave e maligna.

Quinta Pergunta

Tanto na Escola 1 como na Escola 2, os membros da direção, coordenação e orientação acreditam que dentre os fatores que contribuem para criar e manter o preconceito, podemos citar:

- *"A visão que as pessoas têm da perfeição e a definição do que é beleza".*
- *"Falta de informação".*

- *"Falta de pessoas capacitadas na área".*
- *"Desinformação e despreparo do profissional e da população".*
- *"A cultura que vivemos contribui".*
- *"O preconceito pode ter várias origens".*
- *"Os valores repassados através de gerações".*
- *"Falta de humildade, pois todos nós podemos estar nesta situação".*

Sexta Pergunta

Todos os entrevistados responderam que não existe preconceito justificável ou aceitável.

Sétima Pergunta

Todos os entrevistados responderam que existe preconceito por parte do meio social em relação a crianças com necessidades especiais.

As manifestações de preconceito citadas pelos respondentes foram:

- *"Um simples olhar pode excluir e discriminar uma pessoa com necessidades especiais".*
- *"Falta de aceitação".*
- *"Indiferença".*
- *"Medo".*
- *"Agressividade".*

Oitava Pergunta

Questionados como a família deve reagir diante de atitudes preconceituosas em relação a crianças com necessidades especiais, todos os respondentes da Escola 1 e da Escola 2 assinalaram a cobrança de providências, argumentando que:

- "*Estamos no momento certo de cobrar providências, agora que as campanhas ocorrem com freqüência, não que antes não fosse o momento".*

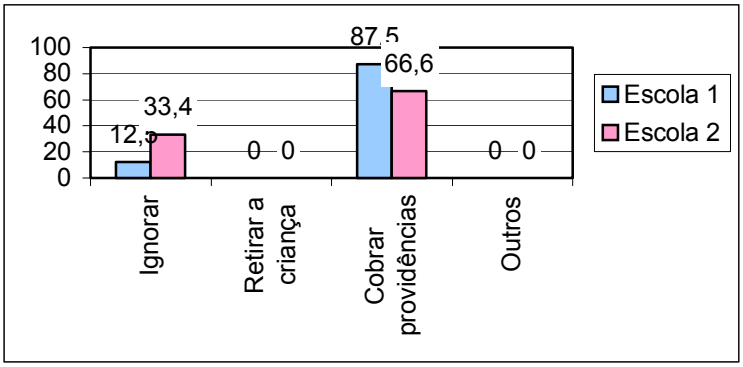
- *"O preconceito pode ter conseqüências ruins, mas sua origem não é necessariamente má". Por isso a família deve participar à comunidade escolar aquelas necessidades e atuar para que elas sejam atendidas.*

Nona Pergunta

No que diz respeito ao posicionamento da escola diante de atitudes de preconceito, os respondentes se colocaram conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 5 - Posicionamento da escola diante de atitudes de preconceito.

(Anexo IV -Tabela 9)



Aqueles que assinalaram <u>cobrar providências</u> argumentaram:

- "*As escolas estão aceitando a inclusão e capacitando seus profissionais".*
- *"A escola tem se mostrado sensível ao assunto".*

Aqueles que assinalaram <u>ignorar</u> argumentaram:

- "*O fato de ignorar o acontecimento contribui para não realçar mais a diferença".*

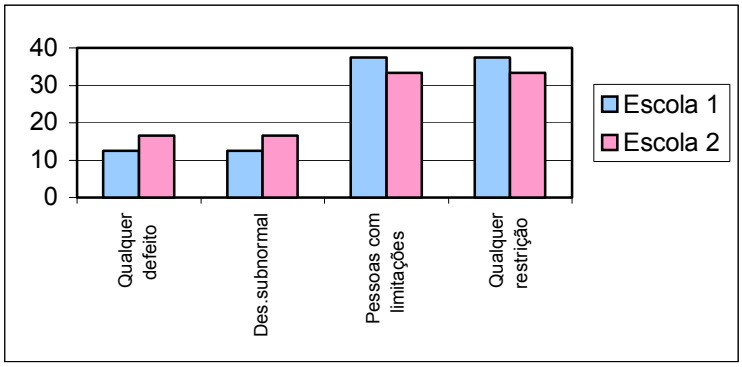
Décima Pergunta

Todos os entrevistados responderam que se percebe preconceito por parte das outras crianças em relação à criança com necessidades especiais.

III. PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Primeira Pergunta

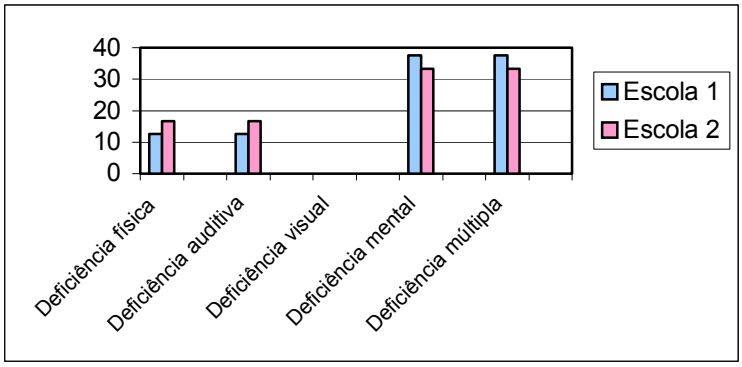
Gráfico 6 – O que se entende por necessidades especiais. (Anexo IV – Tabela 10)



A respeito do que se entende por necessidades especiais observar-se tanto na Escola 1 como na Escola 2 mais de 30% dos respondentes consideram especiais pessoas que possuem limitações na execução de atividades valorizadas e exigidas e qualquer defeito que possa comprometer o rendimento físico e mental.

Segunda Pergunta

Gráfico 7 - Qual a necessidade especial considerada mais grave. (Anexo IV – Tabela 11)



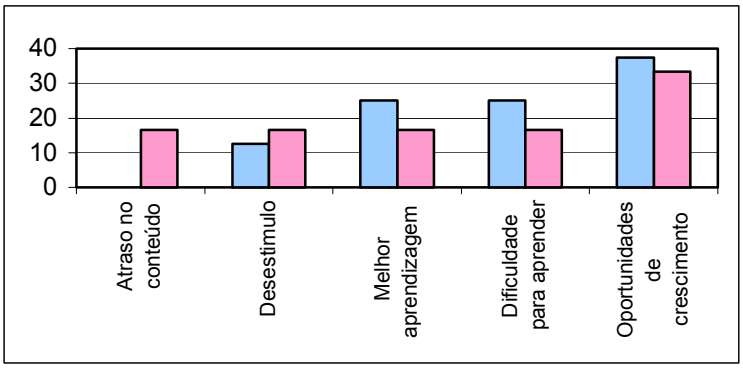
Analisando o gráfico, deparamos com o fato surpreendente da deficiência visual não ter sido considerada grave por nenhum dos diretores, coordenadores e orientadores. Observa-

se também que o percentual daqueles que consideram mais graves a deficiência mental e a deficiência múltipla representam mais de 30%, argumentando que:

- *"A mental e a múltipla são mais complexas em si mesmas, mas todas têm seus agravantes".*
- *"A deficiência mental compromete o discernimento, a sociabilidade e pode acarretar dano ao sistema locomotor".*
- *"A deficiência múltipla compromete mais o aluno".*

Terceira Pergunta

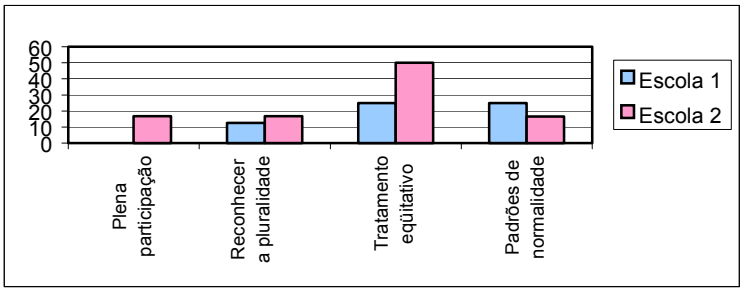
Gráfico 8 – O que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula acarreta para outros alunos. (Anexo IV – Tabela 12)



A análise destes dados mostra que mais de 30% dos respondentes, tanto da Escola 1 como da Escola 2 acreditam que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula é uma oportunidade de crescimento pessoal tanto para o aluno com necessidades especiais como para os demais.

Quarta Pergunta

Gráfico 9 - O que se entende por inclusão. (Anexo IV – Tabela 13)



A maioria dos respondentes acredita que quando atendemos pessoas diferentes assegurando-lhes tratamentos eqüitativos estamos incluindo esta pessoa.

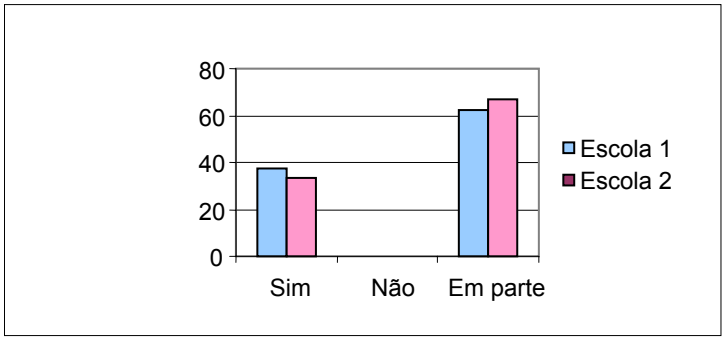
Quinta Pergunta

Todos os entrevistados responderam que é viável a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular, argumentando que:

- "*Deficiência não é sinônimo de incapacidade".*
- *"A maioria das pessoas com necessidades especiais pode levar uma vida normal".*
- *"Por que com isso as crianças aprendem a conviver e aceitar as diferenças".*
- *"Só com o contato e convívio se pode mudar o quadro atual, a aceitação vem com a convivência. Lembrando que cabe a escola se adequar às necessidades dos alunos".*
- *"Sim, desde que esta inclusão siga algum projeto pré-elaborado".*

Sexta Pergunta

Gráfico 10 - Opinião dos respondentes sobre ser ou não ser adequado que alunos com necessidades especiais freqüentem classes de ensino especial. (Anexo IV – Tabela 14)



Ao serem questionados sobre ser adequado que alunos com necessidades especiais freqüentem classes especiais ou de ensino especial, adotaram os seguintes posicionamentos: mais de 60% dos respondentes concordam com o fato de que alunos com necessidades especiais, freqüentem classes especiais argumentando que:

- *"Dependendo da necessidade, o ensino especial é a melhor opção. Os alunos com deficiências múltiplas, por exemplo, para segurança de todos".*
- *"Dependendo do grau e do tipo da deficiência".*

- *"Da mesma forma que as necessidades são diferentes entre si, em tipo e intensidade, acho adequado ensino ou classes especiais para necessidades específicas".*

Sétima Pergunta

Segundo os respondentes as barreiras para a inclusão de crianças com necessidades especiais são:

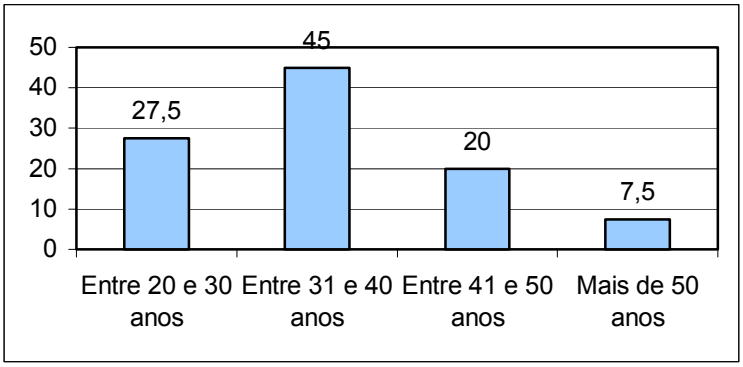
- "*Falta de informação".*
- *"Falta de investimento".*
- *"Preconceito da sociedade".*
- *"Escola adequada com profissionais qualificados na área".*
- *"Temos todo tipo de barreiras, da falta de estrutura física do espaço a posturas discriminatórias descabidas".*

3.2. Questionários destinados aos professores

Número de respondentes: 80

I – CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

Gráfico 11 - Faixa etária dos professores. (Anexo IV – Tabela 15)



Pelos dados da tabela, é possível observar que 72,5% dos respondentes desta categoria estão entre 20 e 40 anos.

Tabela 16 - Tempo de docência

Anos	Nº.	%	Anos	Nº.	%
01	1	1,25	16	0	0
02	1	1,25	17	3	3,75
03	2	2,5	18	7	8,75
04	4	5	19	2	2,5
05	5	6,25	20	2	2,5
06	1	1,25	21	6	7,5
07	1	1,25	22	5	6,25
08	4	5	23	5	6,25
09	2	2,5	24	0	0
10	6	7,5	25	2	2,5
11	3	3,75	26	1	1,25
12	2	2,5	27	1	1,25
13	4	5	28	1	1,25
14	7	8,75	29	0	0
15	1	1,25	30	1	1,25

Conforme a tabela, observamos que há uma grande variação no tempo de serviço dos professores que fizeram parte desta pesquisa.

Tabela 17 - Formação Acadêmica

Graduação

Curso	**Nº.**	**%**
Biologia	6	7,5
Ciências Sociais	2	2,5
Educação Artística	6	7,5
Educação Física	6	7,5
Física	6	7,5
Geografia	6	7,5
História	4	5
Letras	12	15
Matemática	12	15
Pedagogia	14	17,5
Química	6	7,5
TOTAL	**80**	**100**

Tabela 18 - Formação Acadêmica
Pós Graduação

Curso	Nº.	%
Arterapia em Educação e Saúde	1	3,6
Docência do Ensino Superior	1	3,6
Enfoque Sociológico da Educação	1	3,6
Fisioterapia do Exercício	1	3,6
Gestão Escolar	1	3,6
História Grega	1	3,6
Língua Inglesa	1	3,6
Língua Portuguesa	5	17,7
Matemática para Economia, Administração e Contabilidade	1	3,6
Psicanálise e Educação	2	7,2
Psicopedagogia	12	42,7
Supervisão Escolar	1	3,6
TOTAL	**28**	**100%**

Verificamos que dos 80 professores, 28 tem pós-graduação, ou seja, 35% deles.

Tabela 19 - Nível de ensino/modalidade em que estão atuando

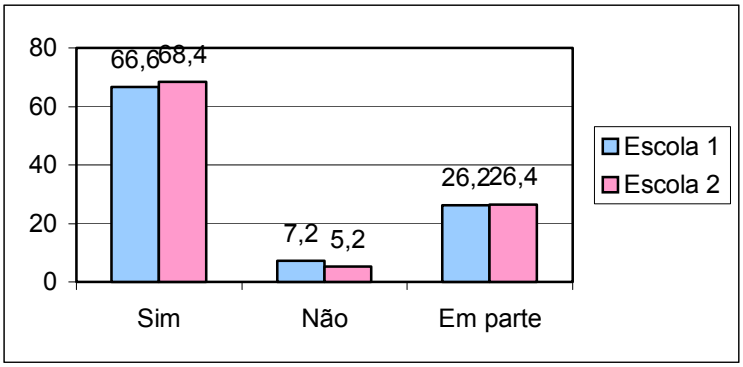
Curso	Nº.	%
Educação Infantil	22	27,5
Ensino Fundamental	30	37,5
Ensino Médio	16	20
EJA	12	15
TOTAL	**80**	**100**

Nota-se que a distribuição nos graus de ensino ficou equilibrada, sendo assim a amostra reflete o que os professores pensam, nos diferentes níveis de ensino.

II. VISÃO DE PRECONCEITO

Primeira Pergunta

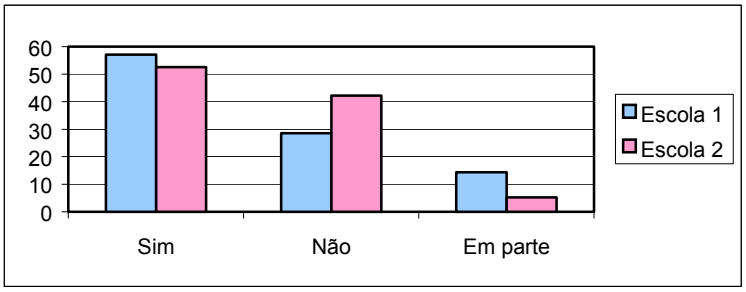
Gráficos 12 – Se o preconceito pode ser uma barreira para a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola. (Anexo IV – Tabela 20)



A maioria dos professores, ou seja, mais de 60% destes concordam que o preconceito é uma barreira à inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Segunda Pergunta

Gráfico 13 – Se existe preconceito nas escolas em relação a alunos com necessidades especiais. (Anexo IV – Tabela 21)



Constata-se, pelas respostas, que a maioria dos respondentes, ou seja, mais de 50% afirmam que sim, existe preconceito nas escolas em relação a alunos com necessidades especiais; alguns responderam em parte e muitos são da opinião que este preconceito não existe.

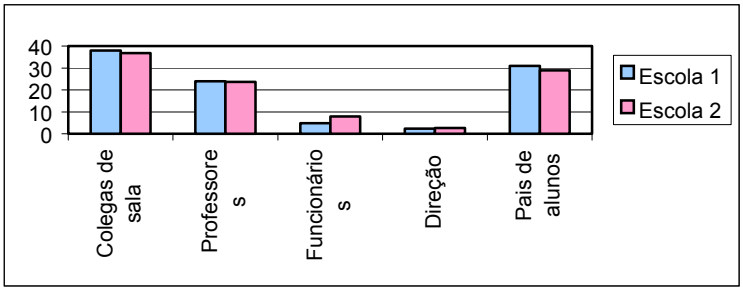
Alguns daqueles que responderam afirmativamente à questão argumentaram que as causas deste preconceito seriam:

- *"Falta de informação".*

- *"Medo do desconhecido".*
- *"Inabilidade das pessoas em tratar o assunto".*
- *"Falta de educação".*
- *"Falta de valores éticos".*

Terceira Pergunta

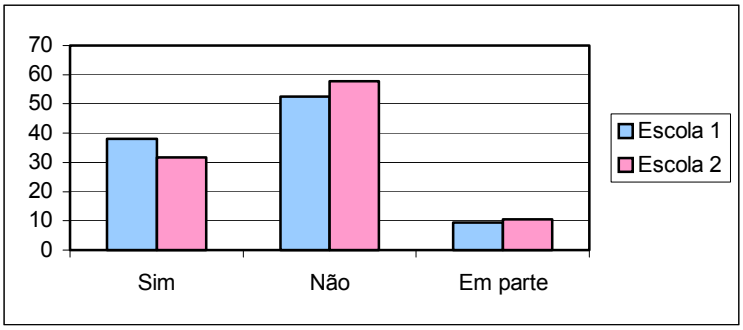
Gráficos 14 – Por parte de quem o preconceito se manifesta. (Anexo IV – Tabela 22)



Nesta questão observa-se que os professores consideram que é por parte dos colegas de sala, dos professores e dos pais de alunos que o preconceito se manifesta.

Quarta Pergunta

Gráficos 15 – Se existe alguma forma ou manifestação de preconceito em relação a pessoas com necessidades especiais que se considere mais grave. (Anexo IV – Tabela 23)



Aqueles que responderam <u>sim</u> explicaram sua resposta com os seguintes argumentos:

- *"Desrespeito ao próximo".*
- *"A participação nas atividades não ser a contento".*
- *"A discriminação do grupo de alunos gera certa violência psicológica que acaba minando a auto-estima da pessoa com necessidades especiais".*

- *"A própria discriminação e a estrutura da instituição".*
- *"A rejeição".*

Aqueles que responderam <u>não</u> explicaram sua resposta com os seguintes argumentos:

- "*O preconceito de maneira geral é grave".*
- *"O preconceito é grave em qualquer nível".*
- *"Todas as formas de preconceito são graves e atuam da mesma forma".*
- *"Qualquer forma de preconceito é considerada grave, não há distinção".*
- *"Todo preconceito é ruim".*
- *"Não há mais grave. Qualquer que seja todos que possuem uma necessidade especial são vítimas do preconceito".*
- *"Na verdade toda e qualquer forma de preconceito é considerado grave".*

Aqueles que responderam <u>em parte</u> explicaram sua resposta com os seguintes argumentos:

- *"Algumas necessidades especiais causam limitações que prejudicam o aluno a acompanhar o ritmo da turma formada em sua maioria por alunos "normais".*
- *"Autismo, deficiência mental severa".*

<u>Quinta Pergunta</u>

Quais os fatores que contribuem para criar e manter o preconceito em relação à deficiência?

- "*Falta de conhecimento/esclarecimento sobre as deficiências e como "encará-las" por parte tanto de pais, professores ou funcionários da escola".*
- *"Falta de estrutura física adequada nas escolas".*
- *"Falta de companheirismo dos colegas, paciência dos professores, maior acompanhamento pedagógico por parte do serviço de orientação".*
- *"Informação errada, incompleta".*

- *"Falta de informações, de pessoas preparadas e de uma atenção mais voltada ao portador de necessidades especiais, devido ao número de alunos em sala".*
- *"Falta de esclarecimento".*
- *"Falta de infra-estrutura para atender necessidades especiais".*
- *"Falta de conscientização por parte dos outros pais e dos alunos".*
- *"Falta de conhecimento acerca das deficiências".*
- *"Falta de solidariedade".*
- *"Não saber respeitar as diferenças".*
- *"O reforço que o grupo social em geral dá para que pessoas com necessidade especiais, especialmente as pessoas com necessidades especiais mentais, seja visto como um estorvo".*
- *"Não aceitação da família e descrédito em relação às suas potencialidades".*
- *"O desconhecimento por parte dos professores sobre quais alunos têm deficiência e por esta razão precisam de tratamento especial".*
- *"O professor não tem formação para lidar com tal situação".*
- *"Falta de diálogo. Se houvesse uma conscientização maior, mais amor na aceitação do "diferente", certamente o preconceito seria menor. Cabe ao professor este papel".*

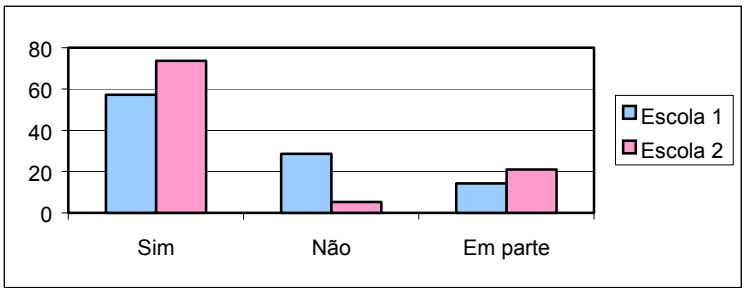
Sexta Pergunta

Quando questionados sobre a existência de alguma forma ou manifestação de preconceito em relação a pessoas com necessidades especiais que se considere justificável ou aceitável, todos os respondentes assinalaram não e alguns fizeram as seguintes observações:

- "*Só se houvesse alguma forma de contágio, poderia se justificar".*
- *"Quando há o preconceito parte-se da premissa de que existe perfeito e em se tratando de "seres humanos" pode-se falar de "padrões de normalidade" e não perfeição, pois a diferença estará onde o homem estiver".*
- *"Nada justifica uma postura preconceituosa".*
- *"Não creio que haja justificativa verdadeira para qualquer tipo de preconceito. Há explicações racionais socialmente elaboradas, mas elas são injustificáveis".*

Sétima Pergunta

Gráfico 16 – Se existem manifestações de preconceito por parte do meio social em relação a crianças com necessidades especiais. (Anexo IV – Tabela 24)



A maioria dos respondentes acredita que existem por parte do meio social manifestações de preconceito e enumeraram alguns exemplos:

- *"Sentimento de dó, repulsa, não aceitação".*
- *"Gozações, exclusões".*
- *"Não estão adaptados: transporte, mercados".*
- *"Na rua as pessoas em geral sempre ficam observando e achando estranho".*
- *"A criança geralmente é excluída de eventos ou reuniões".*
- *"Essas crianças devem ter um local próprio para serem atendidas (geralmente é o que escutamos) ou por falta de informação, ou por medo de trabalhar com as crianças".*
- *"Cuidado excessivo".*
- *"As pessoas acreditam que as pessoas com necessidades especiais são menos capazes que os demais alunos".*
- *"Alguns pais não aceitam a presença de crianças com necessidades especiais".*
- *"O ser diferente é sempre excluído".*
- *"Medo (dependendo da deficiência), impaciência, rejeição a grupos, lugares não apropriados para crianças deficientes (parques, cinemas, clubes, etc.)".*
- *"Brincadeiras, piadas e outros".*
- *"A própria família não trabalha com os filhos".*
- *"Exclusão, difamação, repulsa..."*

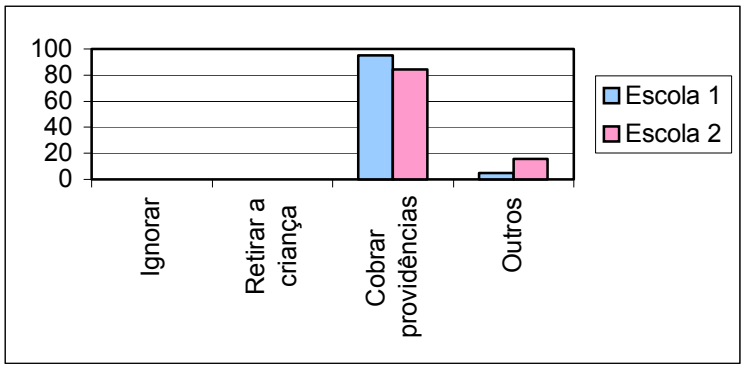
- *"O simples fato de a família cujos filhos ditos normais não aceitarem a convivência com aqueles que possuem necessidades especiais".*
- *"Em relação ao meio escolar talvez a principal seja o tratamento diferenciado que recebem dos colegas".*
- *"Na verdade existe um crescente sentimento de "piedade" o que na realidade, é o preconceito "maquiado", sendo que dentro das suas limitações todos são capazes".*

Oitava Pergunta

Questionados como a família deve reagir diante de atitudes preconceituosas em relação a crianças com necessidades especiais, a maioria dos respondentes da Escola 1 e da Escola 2 assinalou cobrança de providências.

Gráficos 17 - Como a família deve reagir diante de atitudes preconceituosas.

(Anexo IV – Tabela 25)



Aqueles que assinalaram a alternativa <u>cobrar providências</u> argumentaram que:

- *"Deve esclarecer que essas crianças são especiais, mas são iguais em sentimentos".*
- *"Já que a instituição se propõe a incluí-los deve ser de uma forma integral envolvendo todos os segmentos".*
- *"Deve pedir retratações e esclarecimentos por parte da direção aos pais, alunos e professores".*

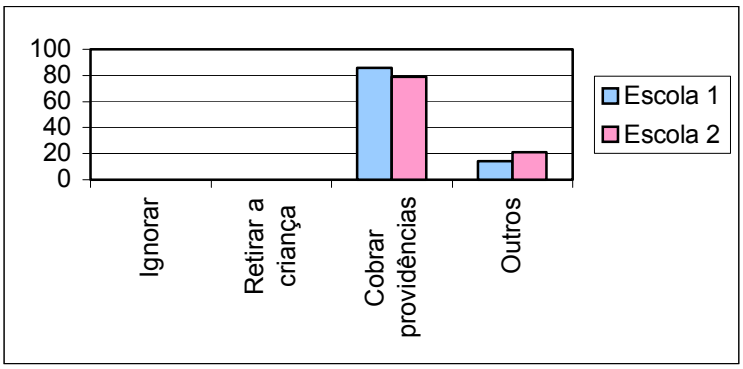
- *"Tanto a escola como a família deve trabalhar em sintonia, à escola manter um local harmonioso e a família também, conscientizando e mostrando com atitudes a inclusão desses alunos".*
- *"A criança foi aceita para integrar o grupo, então é obrigação cobrar providencias".*
- *"Exigir escolas devidamente preparadas (instalações e profissionais) para receber tais alunos".*
- *"Cobrar dos governantes o cumprimento das leis que tratam da inclusão".*
- *"Cobrar, pois se for ignorado as pessoas continuarão fazendo".*
- *"Pedir uma discussão sobre o assunto para que as pessoas tenham consciência de que um portador de necessidades especiais é um cidadão como qualquer outro e que, portanto, tem que ser respeitado".*
- *"Exigir da instituição que se faça um trabalho com os alunos sobre o respeito às diferenças".*
- *"Ver com o pedagógico o porquê da classe em não aceitar o aluno com necessidades especiais".*
- *"Exigir respeito, informação e estrutura física adequada".*
- *"Os pais precisam estar bem informados, para que possam lutar por seus direitos que já existem, mas que desconhecem".*
- *"O preconceito deve ser combatido com atitudes enérgicas".*
- *"Não deixando de forma nenhuma a criança perceber, para evitar constrangimentos".*
- *"Providências no sentido de lutar para que todos tenham uma visão mais clara. Apoiados na lei e lutando para que todos conheçam um pouco mais do assunto".*

Aqueles que assinalaram a alternativa <u>outros</u> argumentaram que:

- "*O diálogo é a melhor solução".*
- *"Fornecer informações sobre a deficiência de seu filho às pessoas a sua volta".*
- *"Conversar, demonstrar por meio de diálogo e/ou atitudes qual é o comportamento esperado do próximo".*
- *"Explicar a deficiência, suas limitações, buscar um entendimento sobre a deficiência, para primeiramente situar o aluno".*

Nona Pergunta

Gráficos 18 - Qual tem sido o posicionamento da escola diante de atitudes de preconceito. (Anexo IV – Tabela 26)



Aqueles que assinalaram a alternativa cobrar providências argumentaram que:

- *"Não excluir a criança, providenciar uma estrutura adequada e muita informação".*
- *"Esclarecer, conscientizar, promover jogos que irão juntar as crianças através de dinâmicas, etc.".*
- *"Orientar os alunos sobre o problema e as diferenças".*
- *"Orientar os alunos sobre o respeito às crianças com necessidades especiais".*
- *"De um modo geral a posição das escolas tem melhorado e muito a sua conduta com os alunos especiais".*
- *"Trabalhar e explicar".*
- *"Conscientizar esses pais".*
- *"Fazer um trabalho de conscientização sobre os direitos dos alunos com necessidades especiais".*
- *"Em muitas situações a escola desempenha bem as funções, a própria família é que não aceita e coloca várias barreiras".*
- *"Se algum colega manifesta indícios de falta de aceitação, isso é trabalhado psicologicamente".*
- *"Instruir alunos e professores no que diz respeito à deficiência".*

Aqueles que assinalaram a alternativa outros argumentaram que:

- *"Não sei bem qual atitude poderá ser tomada, mas providências devem ser tomadas".*
- *"A escola em que trabalho toma as providências cabíveis".*
- *"Algumas escolas aceitam por estar prevista na lei a inclusão".*

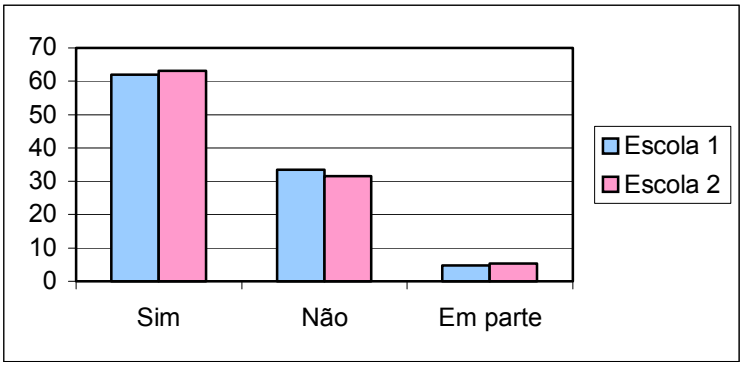
- *"Trabalhar juntos, buscando melhor adequar as diferenças".*
- *"Esclarecimentos, informações".*
- *"Percebo que a cada dia há trabalhos sendo realizados de conscientização para esse fato".*
- *"Tentar mostrar aos colegas a importância de tratar com naturalidade e com amor os diferentes".*
- *"Dentro da instituição que trabalho não tem preconceito (não foi sinalizado) em relação à inclusão. Pelo contrário existe todo um empenho para o melhor desenvolvimento deles".*

Décima Pergunta

Como podemos observar os resultados apresentados no Gráfico 19, ao serem questionados se o preconceito se manifesta por parte das outras crianças em relação à criança com necessidades especiais, a maioria dos respondentes acredita que sim.

Gráficos 19 – O preconceito se manifesta por parte das outras crianças.

(Anexo IV – Tabela 27)



Décima Primeira Pergunta e Décima Segunda Pergunta

Nestas duas questões alguns respondentes relataram um episódio de preconceito que vivenciaram ou tomaram conhecimento e qual foi a reação ou sentimento diante do fato:

Episódio

- "*Alguns professores reclamam de terem alunos com necessidades especiais na turma".*

Reação

- "*Vergonha e indignação. Porque toda a criança tem direito de freqüentar uma escola".*

Episódio

- *"Um aluno nas primeiras semanas de aula disse que tinha medo da mão de seu colega com deficiência física e não queria estudar com ele. Chorou, mas depois de conversarmos ele foi aceitando".*

Reação

- *"A reação foi trabalhar com a turma as diferenças, mostrando que todos são seres humanos e devem ser respeitados".*

Episódio

- "*Aversão de pais em relação à presença desses alunos".*

Reação

- *"Indignação, não aceitação e conversas sistemáticas".*

Episódio

- *"Um menino da 1ª série (fundamental) que tinha perdido 70% da audição. Quando os pais dos demais alunos da classe tomaram conhecimento do fato, procuraram a direção dizendo que sua presença em sala iria atrapalhar o bom andamento das atividades".*

Reação

- "*Muito boa, pois fui professora dele por 2 anos, vivenciei suas dificuldades, limites, mas também uma grande vontade de vencer, superar limites. Ele já está hoje, na 6ª série e acredito que muito bem. Não foi fácil, mas aprendemos muito! Eu, ele e seus colegas".*

Episódio

- "*Alguns alunos ficaram muito assustados quando presenciaram o ataque epilético de um colega".*

Reação

- *"A reação foi trabalhar com a turma explicando o que acontecera e como deveriam agir".*

Episódio

- "*O primeiro dia de um aluno com síndrome de Asperge em que a mãe não comunicou a escola sobre o problema e a turma toda ria e os professores não sabiam o como proceder".*

Reação

- *"Tentei mostrar aos alunos que todos somos diferentes e que devemos respeitar as diferenças dos outros".*

Episódio

- "*Alunos que ironizavam e excluíam o colega que possuía uma necessidade especial".*

Reação

- *"Indignação, pois acredito que cada um tem suas deficiências e possa conviver em um grupo social com elas".*

Episódio

- "*A criança, em seu comportamento normal, já é preconceituosa e não só com deficiência, mas também com parte física (obesidade) também".*

Reação

- "*Procurei conversar com o aluno que criou a situação de preconceito e a vítima, explicando que essa atitude não levaria a nada e que, ele poderia evitar essa postura*".

Episódio

- *"Quando a deficiência é de ordem física os alunos parecem entender perfeitamente a situação do colega. Porém, quanto à deficiência mental, especialmente quando ela provoca lesões perceptíveis, alguns colegas são cruéis em relação a apelidos e brincadeiras".*

Reação

- "*É um sentimento de repúdio a tal atitude, mas também de impotência, porque por mais que falemos sobre a atitude correta a ser tomada, os alunos com o reforço da família ou mesmo do seu meio social preferem tomar a atitude contrária".*

Episódio

- "*Uma criança com deficiência mental na turma de maternal 2 agredia muito os colegas. A professora não tinha condições de trabalhar com essa criança o que piorou a situação. Os pais ameaçaram tirar os filhos caso a criança continuasse na escola".*

Reação

- "*Bem... sentimentos confusos. Colocando-me no lugar de cada agente da história vi que cada um tinha seus motivos. A realidade é que apesar de se falar muito em inclusão muito ainda é preciso fazer para que as pessoas saibam o que fazer e o que pensar".*

Episódio

- *"Olhares de rejeição de pais para com alunos com necessidades especiais".*

Reação

- *"Sentimento de dor".*

Episódio

- *"Observei que havia afastamento das crianças do aluno com necessidades especiais e o meu medo foi o de não saber lidar com a situação".*

Reação

- *"Impotência, porque não me sinto suficientemente preparada, capacitada para lidar com estas crianças".*

Episódio

- "*O aluno com Síndrome de Down foi chamado pela orientadora de 5ª a 8ª serie, pois ele estava mostrando a língua para ela. No mesmo instante, alguns funcionários ficaram olhando e sentindo muita pena dele".*

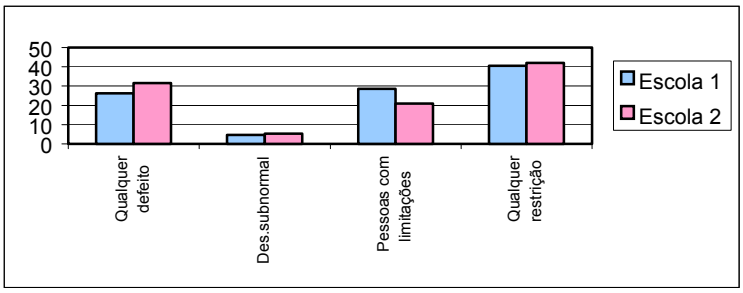
Reação

- "*A orientadora olhou para o aluno e disse: "eu te amo, não faz isso comigo, você é tão lindo" no mesmo instante o aluno abraçou a orientadora carinhosamente e depois ficou fazendo "graça" para que ela desse atenção a ele. Tudo que ele precisava era receber atenção e carinho".*

III. PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Primeira Pergunta

Gráfico 20 - O que se entende por necessidades especiais. (Anexo IV – Tabela 28)

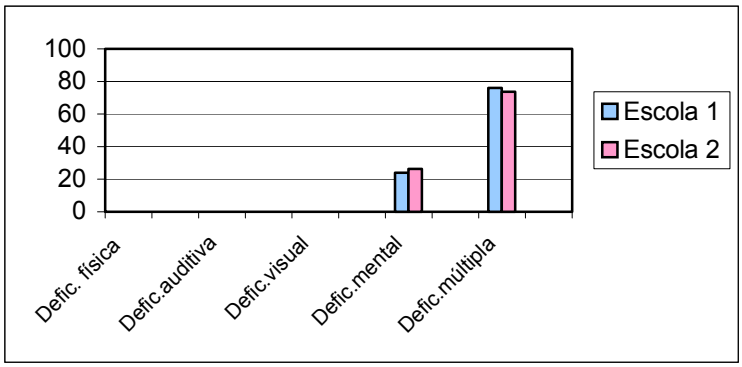


Nota-se que a maior concentração de respostas reflete que os professores vêem a necessidade especial como qualquer defeito que possa comprometer o rendimento físico e mental e qualquer restrição ou falta de habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano

Segunda Pergunta

Gráfico 21 – Qual a necessidade especial considerada mais grave.

(Anexo IV – Tabela 29)



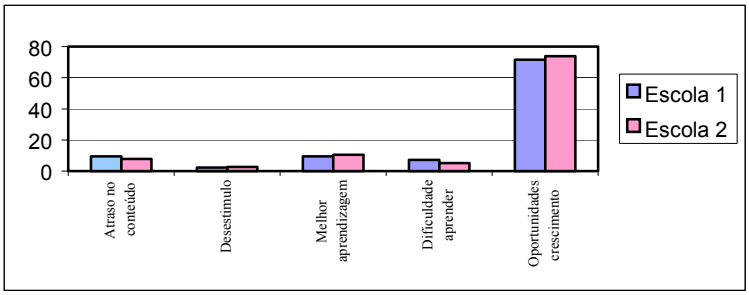
Curiosamente as opções deficiência física, deficiência auditiva e deficiência visual não foram assinaladas, sendo escolhidas as opções deficiência mental e deficiência múltipla com mais de 70%.

Alguns argumentos das respostas;

- "*Qualquer necessidade que torna incapaz o indivíduo traz desconforto".*
- *"O meio escolar requer muita relação social, ou seja, o individualismo é pouco recomendado, sendo que as deficiências limitam".*
- *"A deficiência múltipla, pois se uma é difícil, acredito que duas ou mais deve dificultar o trabalho tanto do professor quanto da pessoa com necessidades especiais em determinadas situações".*
- *"A deficiência múltipla pelo comprometimento físico e mental".*
- *"Creio que porque comprometa uma série de funções por vezes ligadas entre si".*
- *"Pela multiplicidade de conhecimentos necessários para a socialização".*
- *"Porque é necessário que se trabalhe com a criança de um modo mais aprofundado e diversificado".*
- *"Afetam mais sentidos tornando as atividades a serem executadas mais difíceis e os processos de adaptação também".*
- *"Pois existem diferentes variáveis a serem trabalhadas".*
- *"Quando a deficiência é mental, fica difícil controlar os atos, pois nem sempre são voluntários e isso amedronta as pessoas que são leigas ao assunto".*
- *"A deficiência Mental, por apresentarem por vezes agressividade, limitação da capacidade de aprendizagem e de suas habilidades relativas à vida diária".*
- *"A deficiência mental compromete consideravelmente o desempenho".*
- *"Quando o raciocínio é afetado fica difícil um trabalho sistematizado".*

Terceira Pergunta

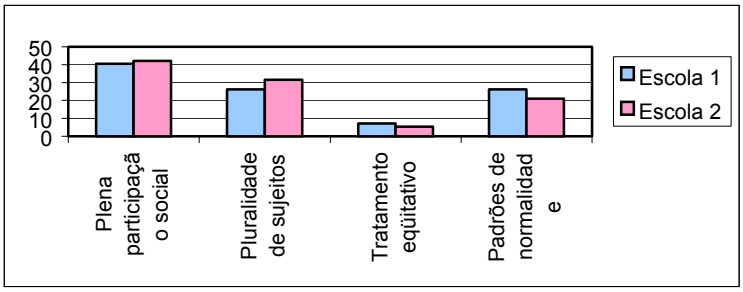
Gráfico 22 - O que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula acarreta para os outros alunos. (Anexo IV – Tabela 30)



Observa-se que mais de 70% dos professores acreditam que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula constitui oportunidades de crescimento pessoal.

Quarta Pergunta

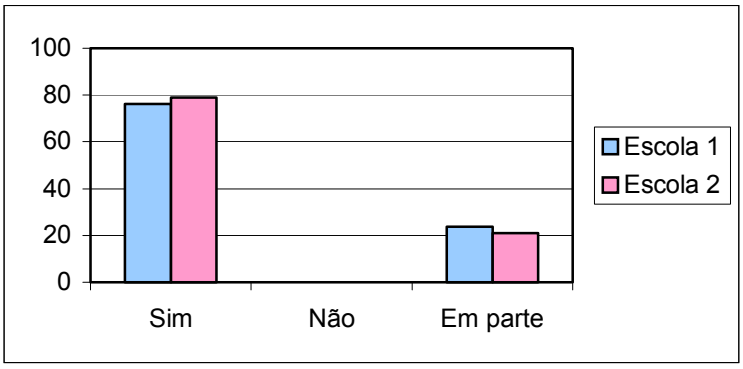
Gráfico 23 - O que se entende por inclusão? (Anexo IV – Tabela 31)



Conforme o gráfico acima, podemos observar que mais de 40% dos professores acreditam que a plena participação social é sinônimo de inclusão.

Quinta Pergunta

Gráfico 24 - É viável a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular. (Anexo IV – Tabela 32)



Aqueles respondentes que assinalaram <u>sim</u> argumentaram que:

- *"É viável a inclusão, mas não deixando de lado o acompanhamento individual".*
- *"De acordo com o tipo de necessidade especial ele pode ser incluso e participar normalmente das atividades físico-culturais".*
- *"Desde que a escola desenvolva nas crianças o sentimento de solidariedade".*
- *"Com um trabalho prévio de qualidade junto a pais, professores e alunos".*
- *"Desde que a escola tenha um profissional preparado para atuar com essa criança".*

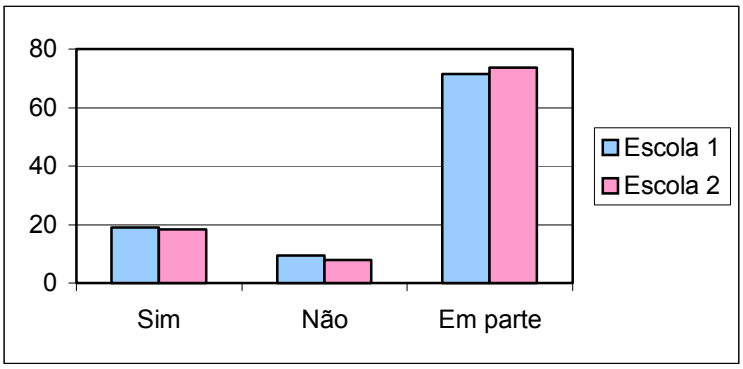
- *"Desde que haja treinamento para todos os funcionários da instituição e sensibilização dos pais, sobretudo dos pais de alunos não deficientes".*
- *"Vai oportunizar o crescimento pessoal tanto para aquele que possui necessidades especiais como para os outros".*
- *"Porque a escola deve ser um lugar democrático e aberto às peculiaridades do ser humano".*
- *"Não é a pessoa com necessidades especiais que tem que se preparar para a escola é ela que tem que se adequar".*
- *"Desde que a escola ofereça recursos para suas necessidades".*
- *"Desde que sejam feitas adequações físicas nas escolas, tenha profissionais habilitados, etc.".*
- *"É possível e desejável a convivência entre as diferenças, entretanto, a rede pública não oferece aos professores todo o apoio necessário para desenvolver este tipo de trabalho".*
- *"A criança precisa se socializar e muitas vezes consegue vencer suas necessidades".*
- *"Sem dúvida a presença de uma criança com necessidades especiais acrescentará muito (colaboração, respeito, carinho, aprendizagem, entre outros)".*
- *"Trocar experiência".*
- *"Se o aluno tem um desenvolvimento cultural administrado pelos pais desde o inicio".*

Aqueles respondentes que assinalaram <u>em parte</u> argumentaram que:

- *"Em parte sim, pois as crianças especiais precisam participar da sociedade como um todo e, ao mesmo tempo elas necessitam de cuidados especiais por pessoas capacitadas".*
- *"Depende do nível de deficiência da criança".*
- *"Depende das limitações geradas por sua necessidade".*
- *"Adaptação da criança com necessidade".*
- *"Deveria ser, pois é atitude mais correta, mas não há uma estrutura física e nem pessoal para essa realidade".*
- *"Depende do comprometimento e da capacitação do professor".*
- *"Falta infra-estrutura para atender as necessidades especiais, falta treinamento aos professores".*

Sexta Pergunta

Gráficos 25 - É adequado que alunos com necessidades especiais freqüentem classes especiais ou de ensino especial. (Anexo IV – Tabela 33)



Aqueles respondentes que assinalaram sim argumentaram que:

- *"Algumas necessidades devem ter um atendimento especializado".*
- *"Depende do grau ou do comprometimento da criança".*
- *"Acompanhamento devidamente qualificado".*
- *"Porque se entende que essas classes especiais tenham toda a infra-estrutura e profissionais adequados".*

Aqueles respondentes que assinalaram não argumentaram que:

- "*Aqueles com necessidades especiais devem freqüentar as escolas regulares, pois só assim terão oportunidade de crescer e ter plena participação social".*
- *"A relação com os demais só tem a acrescentar".*

Aqueles respondentes que assinalaram em parte argumentaram que:

- *"Dependendo da dificuldade ou deficiência tem que freqüentar as duas classes em horários alternados".*
- *"Há casos que o rendimento é melhor quando associado a um ensino padrão".*
- *"Durante determinadas atividades o aluno necessita de atendimento individual".*
- *"Elas também não podem ficar isoladas, sem convivência com crianças normais".*
- *"A convivência com alunos "normais" pode ajudar e muito. Agora dependendo da deficiência a dificuldade é grande".*
- *"Depende do grau de comprometimento".*

- *"Depende das necessidades do aluno e do comprometimento que ele apresenta".*
- *"Porque nas escolas especiais se encontram equipamentos necessários ao seu desenvolvimento".*
- *"Depende do que a escola com classes especiais tem a oferecer aos alunos. Para alguns é melhor classe especial, para outros a escola de ensino regular".*
- *"Quando apresentar comportamento e/ou desenvolvimento que dificultam a aplicação do currículo em classe comum".*
- *"Dependendo do grau de deficiência".*
- *"Depende do caso, é necessário estudar caso a caso".*
- *"Depende do grau da necessidade especial".*
- *"Depende do caso, pois existem casos que requerem profissionais especializados".*
- *"Depende da necessidade individual".*
- *"Em muitos casos o aluno não está em condições de ser trabalhado por professores sem especialização para atender essas diferenças".*

Sétima Pergunta

Quais as barreiras para a inclusão de crianças com necessidades especiais?

- "*Preconceito, má informação".*
- *"Deficiente número de pessoal especializado".*
- *"Deficiência na adequação do espaço físico".*
- *"Deficiência na preparação dos profissionais".*
- *"Falta de conhecimento de como trabalhar tanto dos professores, quanto da escola. Pois hoje vejo que as escolas falam de inclusão, mas não sabem como fazer a participação ou desenvolver um bom trabalho com muitas diferenças em sala. É importante tomarmos cuidado para não fazermos apenas depósitos de alunos".*
- *"Falta conscientizar as crianças a respeitar e aceitar o outro. (aceitação, compreensão)".*
- *"Preconceito é a maior barreira, a falta de qualidade no atendimento e falta de capacitação dos professores".*
- *"A sociedade, a repulsa dos pais, falta de estrutura física e profissional gabaritado".*

- *“A não aceitação da convivência com alunos ditos normais”.*
- *“Preconceito e a falta de vontade do governo e das escolas”.*
- *“Falta de conhecimento, espaços físicas adequados falta de empenho do governo em capacitar profissionais, para lidar com pessoas com necessidades especiais”.*
- *“Falta de amor, a única barreira que existe. Se o professor soubesse a arma que eles têm nas mãos, e se soubesse usá-la adequadamente, certamente haveria mais inclusão e menos barreiras”.*
- *“O preconceito em si, a inabilidade dos profissionais em educação em lidar com essa realidade”.*
- *“Falta de preparo das escolas, tanto na parte física como do preparo dos recursos humanos”.*
- *“Principalmente a formação (capacidade) do professor. Em sala de aula se ele não souber administrar a inclusão pode ser catastrófica”.*
- *“Preconceito, medo e, além disso, elas dão mais trabalho aos professores”.*
- *“Especialista dentro da escola que atendam a determinadas crianças e deficiências”.*
- *“Adequação da estrutura física e pessoal”.*
- *“Barreiras políticas, sociais e econômicas. De maneira geral “estruturais” e esbarram no patamar de todos os problemas sociais”.*
- *“Falta de capacitação dos profissionais de educação, falta de recursos didáticos e falta de adequação das estruturas físicas”.*
- *“Os próprios familiares em aceitá-los, conhecer a necessidade”.*
- *“Preparação do corpo docente”.*
- *“Adequação da escola as necessidades dos deficientes”.*
- *“Falta de preparo dos profissionais que irão trabalhar com os alunos, e falta de instalações nas escolas”.*
- *“A partir do momento que houver esclarecimentos, preparação e informação para a sociedade não haverá mais barreiras”.*
- *“A falta de adequação do espaço físico, falta de apoio da própria escola, profissionais habilitados”.*
- *“Nossa cultura...”*
- *“Aceitação familiar, social de forma camuflada”.*

3.3. Questionários destinados aos pais

Número de respondentes: 120

I – CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

A tabela 34 mostra que a maior parte dos pais está entre 31 e 40 anos

Tabela 34 - Faixa Etária

Faixa Etária	Nº. de respondentes	%
Entre 20 e 30 anos	23	19,2
Entre 31 e 40 anos	70	58,4
Entre 41 e 50 anos	21	17,4
Mais de 50 anos	6	5
TOTAL	**120**	**100%**

Tabela 35 – Seu filho possui alguma necessidade especial

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	**%**	**Nº.**	**%**
Sim	17	25	13	25
Não	51	75	39	75
Total	**68**	**100**	**52**	**100**

Tabela 36 – Qual a necessidade especial que seu filho possui

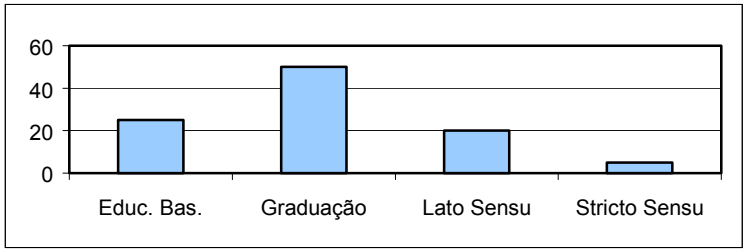
	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Hiperatividade (TDAH)	6	35,2	4	30,8
Síndrome de Down	1	5,8	1	7,7
Deficiência Auditiva	5	29,5	3	23
Deficiência Visual	2	11,8	3	23
Deficiência Física	3	17,7	2	15,5
Deficiência Múltipla	0	0	0	0
TOTAL	**17**	**100**	**13**	**100**

Tanto a Escola 1 como a Escola 2 possuem no seu quadro de alunos 25% de alunos com necessidades especiais e relataram suas necessidades conforme a Tabela 36.

3) Por que escolheu esta instituição de ensino?

- *"Pelo conceito que a escola possui na comunidade".*
- *"Por ser mais próximo de casa".*
- *"Pelo trabalho pedagógico que desenvolve".*
- *"Por já atender alunos com dificuldades".*
- *"Eu conheço a diretora".*
- *"Pelo nome da escola".*
- *"Os professores são bons".*
- *"A forma com que trabalham produz bons frutos".*
- *"Os especialistas que atendem meu filho me indicaram".*

Gráfico 26 - Formação acadêmica dos pais. (Anexo IV – Tabela 37)

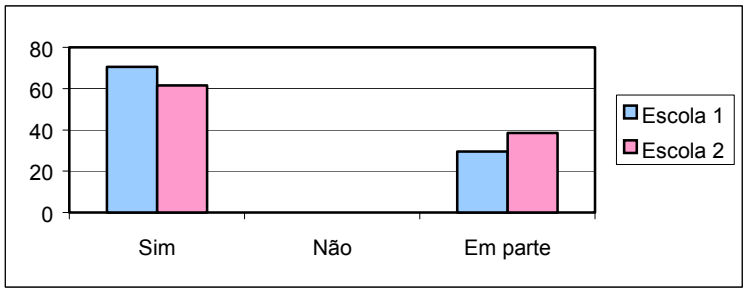


Os pais que responderam ao questionário em sua maioria, ou seja, 75% possuem nível superior. Sendo que 50% possuem cursos de graduação e 25% de pós-graduação.

II. VISÃO DE PRECONCEITO

<u>Primeira Pergunta</u>

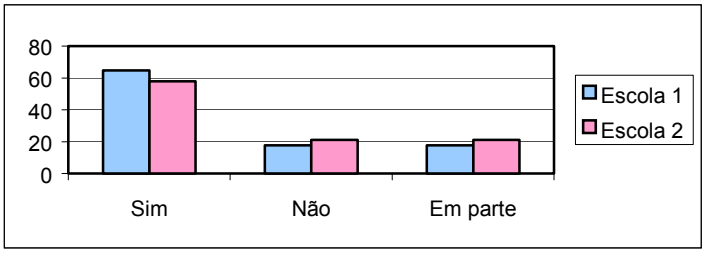
Gráfico 27 - Se o preconceito pode ser uma barreira para a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola. (Anexo IV – Tabela 38)



A grande maioria dos respondentes acredita ser o preconceito uma barreira à inclusão de crianças com necessidades especiais.

Segunda Pergunta

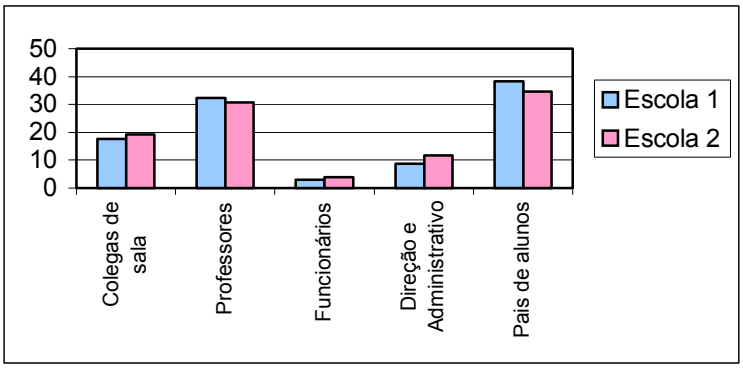
Gráfico 28 – Se existe preconceito nas escolas em relação a alunos com necessidades especiais. (Anexo IV – Tabela 39)



A maioria dos pais assinalou a alternativa sim, o que reflete a opinião de que existe preconceito nas escolas em relação a alunos com necessidades especiais.

Terceira Pergunta

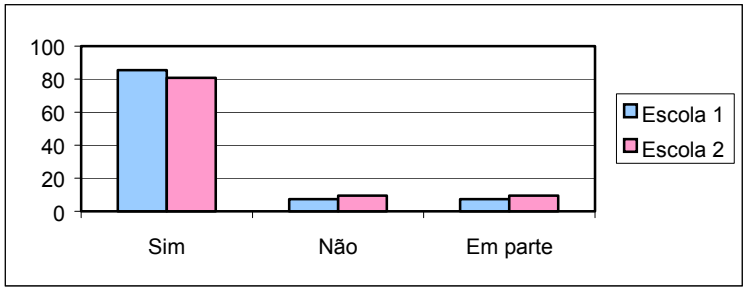
Gráfico 29 – Por parte de quem se manifesta o preconceito. (Anexo IV – Tabela 40)



Para os pais de alunos a grande concentração de respostas mostra que os mesmos acreditam serem os professores e os pais de alunos que manifestam o preconceito.

Quarta Pergunta

Gráfico 30 - Se existe alguma forma ou manifestação de preconceito em relação a pessoas com necessidades especiais que se considere mais grave. (Anexo IV – Tabela 41)



Aqueles que responderam <u>sim</u> explicaram sua resposta com os seguintes argumentos:

- "*Quando a pessoa carrega consigo o estigma da deficiência tratando com indiferença como "coitadinho", esquecendo que é uma pessoa, um ser humano, pois todos nós somos especiais, temos uma necessidade".*
- *"A indiferença, a frieza, o desinteresse".*
- *"Toda forma de preconceito deve ser extremamente desagradável (discriminação do grupo)".*
- *"Quem tem deficiência é vítima do preconceito".*
- *"Toda e qualquer forma de preconceito é grave".*
- *"Desrespeito à pessoa com necessidades especiais".*
- *"A discriminação".*

Aqueles que responderam <u>não</u> explicaram sua resposta com os seguintes argumentos:

- "*Manifestações de preconceito são terríveis".*
- *"A gravidade está em se ter preconceito".*
- *"Não existe grau de preconceito que cause desconforto, todo grau é catastrófico".*

Aqueles que responderam <u>em parte</u> explicaram sua resposta com os seguintes argumentos:

- *"Existem dificuldades que limitam o aluno e o impedem de acompanhar os outros".*

<u>Quinta Pergunta</u>

Quais os fatores que contribuem para criar e manter o preconceito em relação à deficiência?

- *"Os fatores são sociais, culturais, pois já temos um olhar normalizador dificultando a perceber o grau de deficiência da pessoa".*
- *"A rejeição ao aluno".*
- *"Dificuldade no atendimento".*
- *"Falta de recursos".*
- *"Estrutura física inadequada".*

- *"Falta de conhecimento sobre as deficiências".*
- *"Falta acompanhamento pedagógico por parte da escola".*
- *"Falta de informações, de pessoas habilitadas".*
- *"Falta de infra-estrutura".*
- *"Falta de conscientização da comunidade escolar".*
- *"Falta de amor".*
- *"Falta de orientação de como agir".*
- *"Ignorância".*
- *"Falta de informação e despreparo".*
- *"Falta de conhecimento".*
- *"Falta de respeito ao ser humano".*
- *"Não aceitação".*
- *"O professor não tem formação".*
- *"Falta de conscientização sobre o assunto".*

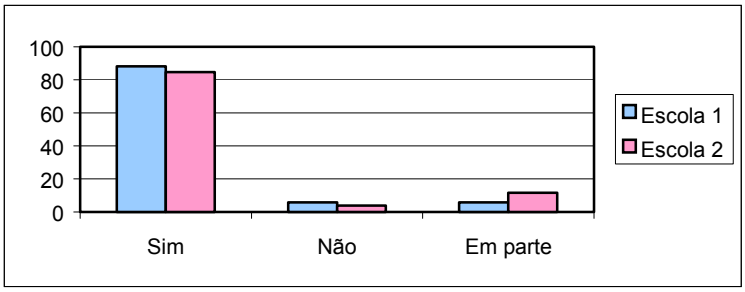
Sexta Pergunta

Quando questionados da existência de alguma forma ou manifestação de preconceito em relação a pessoas com necessidades especiais que se considere justificável ou aceitável, todos os respondentes assinalaram não e alguns fizeram as seguintes observações:

- "*Porque preconceito não tem como justificar".*
- *"Antes de termos algum preconceito devemos saber quais as necessidades especiais do aluno, para ajudá-lo".*
- *"Não há justificativa".*
- *"Há explicações, mas não convencem".*

Sétima Pergunta

Gráfico 31 – Se existe manifestações de preconceito por parte do meio social em relação a crianças com necessidades especiais. (Anexo IV – Tabela 42)

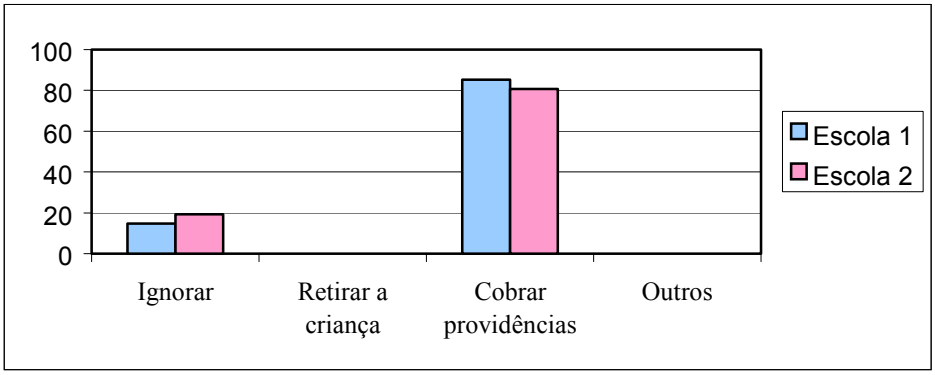


A maioria dos pais acredita que existe manifestação de preconceito por parte do meio social, e apontavam alguns exemplos:

- *Risos, piadas.*
- *O desprezo, a rejeição e a dificuldade de aceitação das diferenças.*
- *Sentimento de pena.*
- *Rejeição.*
- *Desprezo.*
- *Dificuldade em aceitar as diferenças.*
- *A própria falta de adaptações, por exemplo, em locais públicos como rampas, interpretes, a criança se sente isolada.*
- *Brincadeiras de mau gosto.*
- *Transporte não adaptado.*
- *A criança geralmente é excluída de atividades corriqueiras.*
- *As pessoas com necessidades especiais são consideradas incapazes.*
- *Vários pais não aceitam a presença de crianças com necessidades especiais.*
- *Medo do contato com o desconhecido.*
- *Difamação.*
- *Tratamento diferenciado que recebem dos colegas.*

Oitava Pergunta

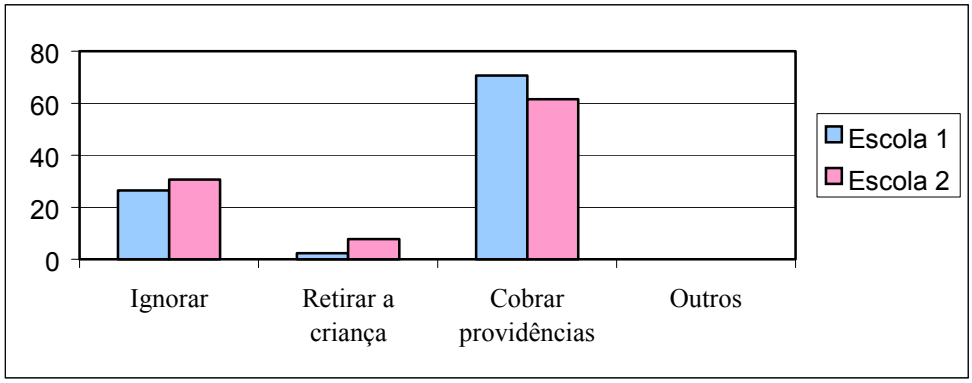
Gráfico 32 - Como a família deve reagir, diante de atitudes preconceituosas em relação a crianças com necessidades especiais. (Anexo IV – Tabela 43)



A maioria dos pais é da opinião que se devem cobrar providências.

Nona Pergunta

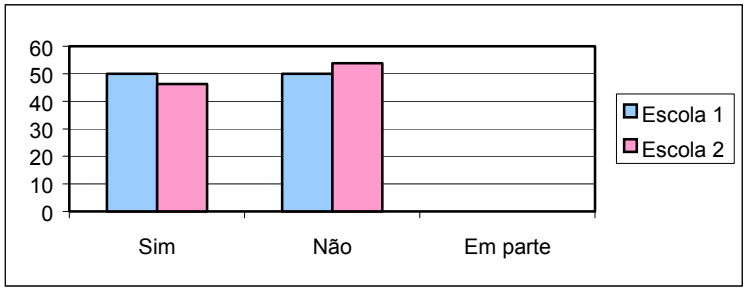
Gráfico 33 - O posicionamento da escola diante de atitudes de preconceito. (Anexo IV – Tabela 44)



É percepção dos pais que a escola tem tomado providências diante das atitudes de preconceito.

Décima Pergunta

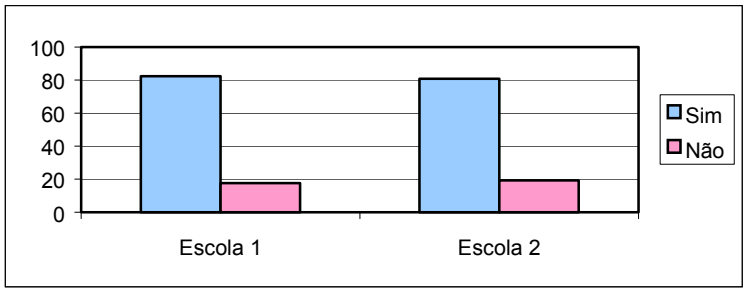
Gráfico 34 - Percebe-se preconceito por parte das outras crianças em relação à criança com necessidades especiais. (Anexo IV – Tabela 45)



É interessante analise desse gráfico, pois na verdade por meio dele verifica-se que os pais têm posturas antagônicas em relação à percepção de preconceito por parte de outras crianças, a metade acredita que sim e a outra metade acredita que não.

Décima Primeira Pergunta

Gráfico 35 - Tem ou já teve algum colega com necessidades especiais estudando com seu filho. (Anexo IV – Tabela 46)



A maioria dos pais respondeu que sim tem ou já tiveram algum colega com necessidades especiais estudando na mesma classe que seu filho

Décima Segunda Pergunta

Todos os entrevistados responderam que se relacionam ou relacionariam bem, caso seu filho tivesse em sua classe um colega com necessidades especiais.

Décima Terceira Pergunta

Todos os entrevistados responderam que podem ou puderam perceber que seu filho sente-se confortável com o convívio com colegas que apresentem necessidades especiais.

Décima Quarta Pergunta

Todos os entrevistados responderam que compreendem o fato de seu filho ter em sua classe um aluno com necessidades especiais como uma experiência positiva.

Décima Quinta Pergunta

Todos os entrevistados responderam que não têm ou já tiveram preconceito em relação às diferenças existentes nas crianças com necessidades especiais.

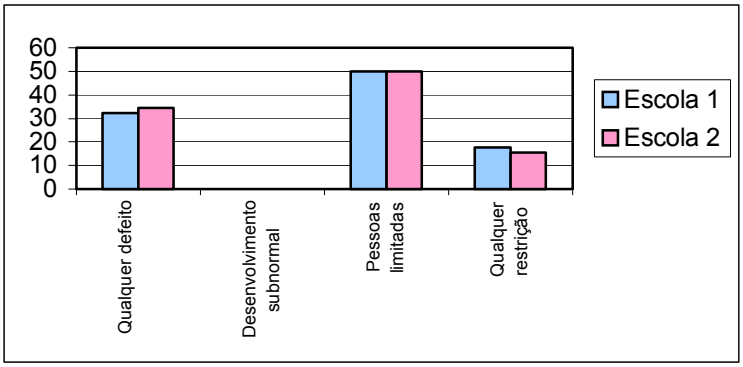
E explicaram sua posição com estes argumentos:

- *"Trabalho com inclusão e tenho aprendido muito com essas crianças".*
- *"Os mesmos não pediram para vir ao mundo com essas necessidades".*
- *"Devemos ter compreensão e aceitação com o nosso próximo".*

III. PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Primeira Pergunta

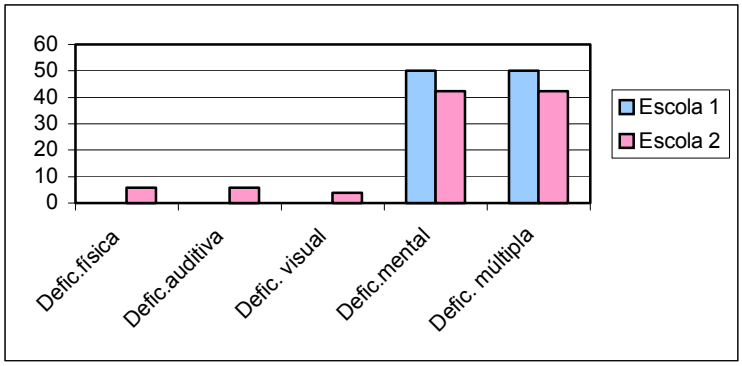
Gráfico 36 - O que se entende por necessidades especiais. (Anexo IV – Tabela 47)



50% dos respondentes afirmam que necessidades especiais são pessoas que possuem limitações na execução de atividades culturalmente valorizadas e exigidas.

Segunda Pergunta

Gráfico 37 - A necessidade especial considerada mais grave. (Anexo IV – Tabela 48)

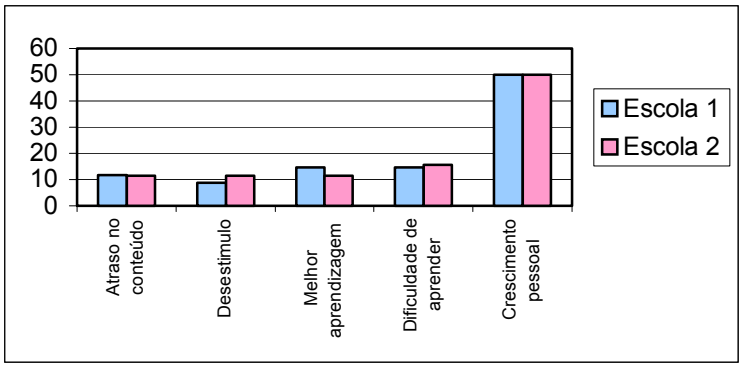


Os pais assinalaram como mais graves as deficiências mental e múltipla, argumentando que:

- "*Pelo fato de se ter que trabalhar com dois tipos de comprometimento físico e mental".*
- *"A inclusão não acontece num piscar de olhos, a escola necessitará de varias adaptações, bem como especialistas para fazer acompanhamento de perto e principalmente um novo olhar".*
- *"Porque a pessoa não tem controle sobre suas atitudes, e nem pode ter seu próprio raciocínio".*
- *"Todo tipo de deficiência é no mínimo desconfortável".*
- *"A limitação provocada pela deficiência é fator de impedimentos".*
- *"A deficiência múltipla exige uma superação muito maior do individuo".*

Terceira Pergunta

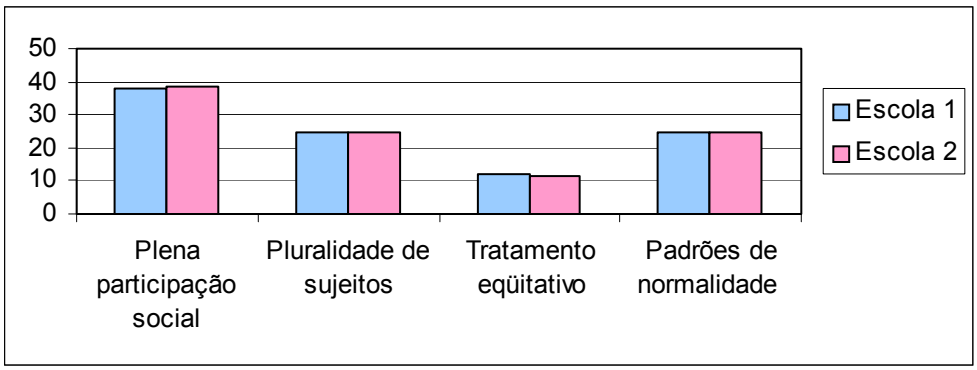
Gráfico 38 - O que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula acarreta para os outros alunos. (Anexo IV – Tabela 49)



A maioria dos pais acredita que a presença do aluno com necessidades especiais em classe é uma oportunidade de crescimento pessoal tanto para o aluno com necessidades especiais como para os demais.

Quarta Pergunta

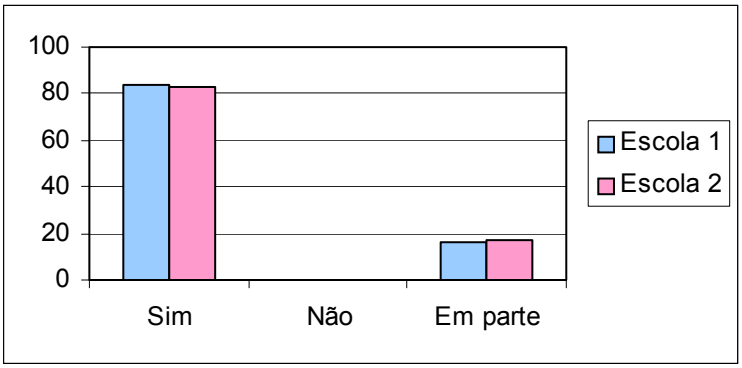
Gráfico 39 - O que se entende por inclusão. (Anexo IV – Tabela 50)



A maioria dos pais entende inclusão como plena participação social.

Quinta Pergunta

Gráfico 40 - É viável a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular. (Anexo IV – Tabela 51)



Aqueles respondentes que assinalaram <u>sim</u> argumentaram que:

- "*Capacitando as pessoas que irão trabalhar com essas crianças*".
- *"Dependendo da necessidade especial, a criança terá capacidade de aprender"*.

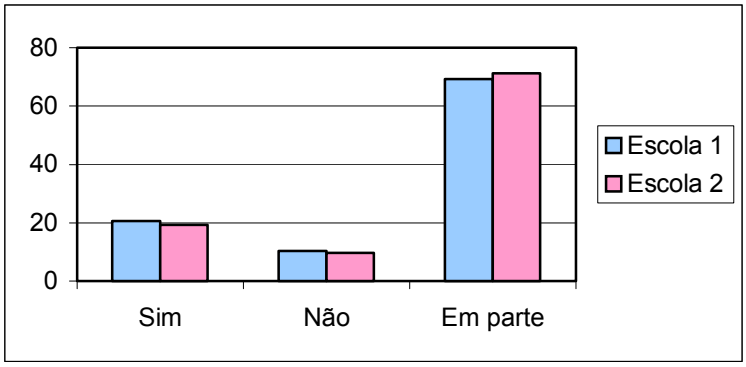
- *"É um direito da própria criança, no ensino regular ela estará interagindo, socializando no meio social".*
- *"É viável desde que capacite os profissionais e tenha recursos adequados".*
- *"O professor deve desenvolver na classe o sentimento de solidariedade".*
- *"Os pais devem fazer parte deste processo de inclusão sendo esclarecidos pela escola do seu trabalho".*
- *"A escola deve ter profissionais habilitados para trabalhar com estas crianças".*
- *"Não só os professores como os demais trabalhadores da escola devem ser treinados".*
- *"A escola deve ser um lugar acolhedor para estas crianças".*
- *"A escola deve estar fisicamente e profissionalmente adequada para receber estes alunos".*

Aqueles respondentes que assinalaram <u>em parte</u> argumentaram que:

- *"Crianças com deficiência necessitam de cuidados especiais".*
- *"O que vai definir se a criança deve ou não freqüentar uma escola especial é o nível de gravidade de cada caso".*
- *"Cada deficiência possui suas limitações e é avaliando estas limitações que podemos decidir".*

<u>Sexta Pergunta</u>

Gráfico 41 - É adequado que alunos com necessidades especiais freqüentem classes especiais ou de ensino especial. (Anexo IV – Tabela 52)



Aqueles respondentes que assinalaram <u>sim</u> argumentaram que:

- *"O ensino especial é uma extensão do ensino regular. É um espaço para as atividades extracurriculares e aprimoramento".*
- *"O aluno freqüentando um ensino especial tem mais chance de aprender".*
- *"Depende do grau ou do comprometimento da criança".*
- *"Nestas escolas com certeza o aluno terá um melhor acompanhamento".*

Aqueles respondentes que assinalaram <u>não</u> argumentaram que:

- *"A pessoa com necessidades especiais deve freqüentar as escolas regulares, pois só acrescentam".*

Aqueles respondentes que assinalaram <u>em parte</u> argumentaram que

- "*Depende da necessidade especial".*
- *"A convivência com alunos normais ajuda a desenvolver".*
- *"Certas atividades exigem atendimento individual".*
- *"Devemos evitar o isolamento destas crianças".*
- *"O grau de comprometimento da pessoa com necessidades especiais é que vai dizer".*
- *"Geralmente estas escolas possuem equipamentos necessários ao seu desenvolvimento da criança com deficiência".*
- *"Quando o aluno não se adequar ao currículo da classe comum".*
- *"Depende da deficiência".*
- *"Depende do grau da necessidade especial".*

<u>Sétima Pergunta</u>

Quais as barreiras para a inclusão de crianças com necessidades especiais?

- "*Número de vagas".*
- *"Estrutura da escola".*
- *"Pessoas capacitadas para cuidar destas crianças".*
- *"Profissionais especializados, o preconceito e materiais didáticos".*
- *"A falta de investimento é a maior barreira. É necessário investir em educadores, na sua formação, algo para conscientização da sociedade, adaptar o currículo conforme o necessário".*
- *"Falta de conhecimento do assunto".*
- *"Preconceito".*
- *"Orientar as crianças aceitar o outro e suas diferenças".*
- *"A própria sociedade, os pais, a estrutura física e os profissionais".*
- *"A não aceitação da convivência com alunos ditos normais".*
- *"Falta de políticas públicas do governo e das escolas".*
- *"Falta de pessoal preparado para lidar com estas crianças".*

CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, na maioria dos depoimentos, que o exílio relacional das pessoas com necessidades especiais é iminente. Várias são as formas de este ser apresentado, bem como as causas que fazem com que este ocorra. Como citado, muitas pessoas se afastam, se isolam, têm medo e fingem que não vêem ou até mesmo segregam e rejeitam a pessoa com necessidades especiais por acharem que vão se contaminar, por vê-los como "um ser de outro planeta", por acharem que vão ser considerados muito dependentes, agressivos ou simplesmente por serem diferentes dos demais. A pessoa com necessidades especiais passa mais uma vez a ser um empecilho e, assim, é excluída literalmente do convívio escolar. Vários motivos são alegados, mas o importante é salientar que motivos não existem para se considerar um ser despersonificado, chegando a negá-lo a tal ponto em que se torna alheio a sua existência enquanto cidadão.

Notou-se, durante a consolidação dos dados e a partir dos depoimentos de diretores, coordenadores e orientadores, pais de alunos, professores, a forma como estes percebem a educação inclusiva e, principalmente a deficiência. Assim, o estudo trouxe inúmeros ganhos, pessoais e profissionais, especialmente o debate de questões como a forma de compreender o outro diferente. Debate este, na maioria das vezes, deixado de lado e ignorado pela sociedade.

Foi extremamente válida, no presente estudo, a realização de uma pesquisa empírica que, desenvolvida a partir de uma coleta de dados, possibilitou uma compreensão real do quão vivo ainda é o preconceito da deficiência nos mais variados contextos sociais.

São vários os exemplos de manifestação do preconceito apresentados nos relatos dos entrevistados. Pôde-se perceber durante a análise dos dados, que a despersonificação do outro e o exílio relacional são constantemente identificados nos discursos. São freqüentes, nos depoimentos, as referências à pessoa com necessidades especiais como um objeto, uma coisa

e, conseqüentemente, o distanciamento das pessoas em relação a eles. Todos os elementos identificados nos relatos, referentes a manifestações discriminatórias, confirmam a hipótese de que o preconceito é uma barreira para a inclusão das pessoas com necessidades especiais na rede de ensino regular.

Com base na análise dos resultados, vê-se a freqüência com que as pessoas precisam corresponder aos padrões aceitos pela comunidade em que vivem, para que assim sejam acolhidas e respeitadas pela sociedade. Dessa maneira, o grupo majoritário passa a ser denominado de "normal", sendo plenamente adequado ao convívio e relação social. Já o grupo minoritário é visto como "anormal", inadequado, deficitário para quaisquer atividades culturalmente solicitadas, caracterizando-se uma total negação da diversidade.

Uma necessidade especial passa a ser vista como um obstáculo ao processo de desenvolvimento humano exigido pelo grupo "normal". Então, vista como uma barreira, a disfunção acarreta a exclusão da pessoa das atividades cujo desempenho esteja ameaçado ou dificultado.

Em nosso próprio cotidiano, se observarmos com mais atenção, as barreiras sociais são freqüentemente expostas quando as pessoas com necessidades especiais lutam por seus direitos. Frente a um mercado de trabalho cada vez mais restrito, as pessoas com necessidades especiais encontram ainda mais dificuldades que os demais profissionais para conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho, sendo que algumas empresas chegam a negar-se a incluí-los em seus quadros. Infelizmente, esta ocorrência não predomina, apenas, no mercado de trabalho, como visto na interpretação dos dados, é comum também nas escolas.

Em todas estas instituições onde a pessoa com necessidade especial é discriminada, é notória a idéia de homogeneidade total, de padronização, onde o direito de ser diferente é ignorado. A diferença, nesses casos, é vista como algo limitador, comprometedor e

incapacitador, fazendo com que a pessoa com necessidades especiais não apenas seja rejeitada, mas efetivamente excluída de qualquer possibilidade de participar da comunidade.

É evidente a amplitude das dificuldades encontradas por pessoas com necessidades especiais no processo de inserção na comunidade. Por isso, não é suficiente apenas a efetivação de mudanças institucionais - em escolas, hospitais, empresas e etc., é imprescindível uma conscientização social, a partir de uma nova visão acerca da deficiência. Entretanto, esta conscientização somente será alcançada com base em pesquisas que propiciem uma reflexão por parte das pessoas constituintes da sociedade.

Porém, não podemos deixar de lado, é claro, o fato de termos leis que amparam os direitos das pessoas com necessidades especiais, sendo que a violação destes, teoricamente, é instituída como um crime. Assim, após a realização desta pesquisa, é cabível a compreensão de que, a transposição do preconceito da deficiência é uma luta que, legalmente, não deveria ser mais do que uma obrigação.

De modo algum temos a pretensão de modificar toda uma nação ou sua forma de pensar e agir, mas sim polemizar uma problemática que envolve o dia-a-dia de seres humanos. Portanto, torna-se mais alcançável um entendimento condizente com a realidade da pessoa com necessidades especiais, colaborando para a minimização das barreiras à educação inclusiva. Buscou-se, apenas, o início de uma conscientização, mesmo que em uma pequena parcela da comunidade, enfocando-se a oferta de uma vida à pessoa com necessidades especiais, por meio do acesso ao principal ambiente formador do indivíduo para o exercício de suas funções em grupo: a escola.

4.1. Considerações sobre o estudo

Este estudo objetivou investigar manifestações de preconceito na escola como obstáculo à política de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais e, ao seu

término. Algumas conclusões foram obtidas, tanto na revisão de literatura, como na análise dos resultados coletados. Entre elas destacamos:

- O preconceito é uma barreira à inclusão de crianças com necessidades especiais na escola de ensino regular;
- Existe preconceito nas escolas em relação a alunos com necessidades especiais e este se manifesta por parte dos colegas de sala, dos professores, funcionários, direção, coordenação e por pais de alunos;
- Toda forma de discriminação é grave, todo preconceito é ruim;
- Fatores sociais, culturais, as estruturas físicas, falta de conhecimento, informação e de capacitação são fatores que contribuem para a manutenção do preconceito;
- Diante de atitudes preconceituosas em relação à criança com necessidades especiais a família deve cobrar providências;
- A escola tem cobrado providências diante de atitudes de preconceito;
- Percebe-se preconceito por parte das outras crianças em relação à criança com necessidades especiais;
- Os pais acreditam que a convivência dos seus filhos com crianças com necessidades especiais é positivo e natural;
- A presença do aluno com necessidade especial em classe é uma oportunidade de crescimento pessoal tanto para o aluno com necessidades especial como para os demais;
- Inclusão é plena participação social e tratamento eqüitativo a pessoas com necessidades especiais;

- É viável a inclusão de crianças com necessidades especiais em classe do ensino regular, desde que haja um acompanhamento, estrutura física adequada, formação de professores e treinamento de funcionários, capacitando-os;
- Dependendo da necessidade especial o ensino especial é a melhor opção; e
- A falta de informação, de investimento, de qualificação profissional e o preconceito da sociedade são barreiras para a inclusão de crianças com necessidades especiais.

Ao longo do trabalho buscou-se levantar dados pertinentes à percepção de professores, diretores, coordenadores, orientadores e pais de alunos paralelamente às análises e interpretações da pesquisadora. Foi possível vivenciar o que já se havia levantado teoricamente, ou seja, os sistemas educacionais e as escolas precisam passar por uma reorganização em sua estrutura e funcionamento para atender a criança com necessidades especiais.

4.2. Recomendações

A pesquisa apontou de acordo com a percepção daqueles que trabalham com pessoas com necessidades especiais – diretores, coordenadores, orientadores, professores e os pais – a falta de capacitação como uma das dificuldades para a inclusão. A capacitação dos docentes parece ser a principal alternativa para paulatinamente solucionar ou minimizar o problema.

Um grande desafio para o sistema educacional brasileiro é a construção de uma escola que possa acolher a todos. Nossas escolas e nossos profissionais da educação não estão preparados para lidar com as diferenças. A inclusão veio resgatar aqueles que durante muito tempo estiveram à margem do convívio social e também acadêmico. Por esta razão sugere-se que os professores atualizem suas práticas pedagógicas.

Interpretando a visão daqueles que atuam na realidade na qual interagem e desempenham seus papeis e, identificando o preconceito como fator de obstáculo à inclusão de alunos com necessidades especiais, sugere-se aos gestores tanto das escolas públicas quanto das particulares, buscar providências nas instâncias adequadas para:

- Capacitar os profissionais de educação possibilitando desenvolver atitudes, habilidades e conhecimentos para atender às diversidades de seus alunos, disponibilizando suporte técnico.
- Incluir obrigatoriamente conteúdos e disciplinas a respeito de pessoas com necessidades especiais e não apenas como forma de sugestão, como diz a Portaria 1.793/94 (Brasil – Ministério de Estado da Educação e do Desporto).
- Refletir junto à comunidade sobre as ações educacionais visando à quebra de preconceitos, mudanças de atitudes e uso de práticas pedagógicas mais atualizadas, além de uma postura profissional com competência.
- Para os profissionais que estão na ativa recomenda-se cursos de capacitação que possam ser implementados em várias fases. Inicialmente, um curso de atualização na área de educação especial. Outro, tratando de teoria embasada na didática, com oficinas que desenvolvam técnicas de ensino e socialização. E, finalmente, outra de capacitação do professor clarificando as concepções sobre os alunos com necessidades especiais, colaborando para o fim do preconceito.
- Criar escolas de pais, nas comunidades escolares, para que possam ser esclarecidos assuntos diversos e que todos possam assumir suas parcelas de responsabilidade na busca de uma qualidade para todos.

À guisa de sugestão, apresenta-se a proposta seguinte:

Proposta para os cursos de licenciatura com enfoque a inclusão de pessoas com necessidades especiais

Objetivo

Os objetivos do curso são idênticos aos da educação geral, só que se volta para o trabalho daqueles com necessidades especiais atendendo às suas diferenças individuais. Prepara os professores, tornando-os críticos e capazes de aplicar recursos, métodos e técnicas na educação de pessoas com necessidades especiais.

Rol de conteúdos sugeridos para fazerem parte da organização curricular dos cursos de licenciatura.

- Políticas públicas de atenção às pessoas com necessidades especiais.
- Política e práticas inclusivas.
- Teoria e prática pedagógica da educação de pessoas com necessidades especiais nas diversas áreas (visual, mental, auditiva...).
- Desenvolvimento da criança com necessidades especiais.
- Educação e comunicação na educação de pessoas com necessidades especiais.
- Fundamentos da educação de pessoas com necessidades especiais.
- Didáticas e metodologias na educação de pessoas com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. S. *Psicologia e Educação do Superdotado: Temas Básicos de Educação e Ensino.* São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

AMARAL, L. A. Pensar a Diferença: Deficiência. Brasília, Editora CORDE, 1994.

BRASIL – Ministério de Estado da Educação e do Desporto - Portaria 1.793 de dezembro de 1994.

CABRAL, A. & NICK, E. *Dicionário Técnico de Psicologia*. 10 ed. São Paulo, EditoraCultrix, 1998.

CAVALCANTE, A. V. *O Preconceito da Deficiência no Processo de Inclusão Escolar*. Dissertação de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, 2004.

CORDE – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - *A Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial*, Brasília, CORDE, 1994.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – 1998

DECLARAÇÃO I PROGRAMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DE VIENA, 14-25 de Junho de 1993. Disponível em: http: //www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html

FONSECA, V. *Educação Especial*. 2 ed. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1995.

GOULD, S. J. *A Falsa Medida do Homem.* 2 ed. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1999.

JANUZZI, G. *A Luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil*. 2 ed. Campinas, Editora Autores Associados, 1992.

LAROUSSE. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo, Editora Universo, 1992.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. São Paulo, Editora Cortez, 1998.

OMOTE, S. *Deficiência e Não-Deficiência: Recortes do Mesmo Tecido*. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 1, nº. 2, pp. 65-73, jan./jun., 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *CID-IX: Revisão da classificação internacional de doenças*. Porto Alegre, Editora Sagra, 1976.

PESSOTI, I. *Sobre a Gênese e Evolução Histórica do Conceito de Deficiência Mental.* Revista Brasileira de Deficiência Mental, v. 16, nº. 1, pp. 54-68, jan./jun., 1981.

SANTOS, M. R. *A Integração do Aluno com Deficiência na Rede de Ensino.* Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, 1989. (Coleção: Turma do Bairro, v. 3 – Com os pés no cotidiano).

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma Sociedade para todos. Rio de Janeiro, Editora WVA, 1997.

TUNES, E. Diversidade e Inclusão: A Aprendizagem da Leitura por uma Criança com Síndrome de Down. Brasília, Universidade Católica de Brasília: Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, v. 1, pp. 147-150, 1998.

TUNES, E. Incluir quem, Por que e Para quê? A dimensão ética da inclusão. Goiânia: Anais do XII Encontro Regional de Psicopedagogia, pp. 14-21, 2002.

TUNES, E. Por que falamos em inclusão? Brasília, Linhas Críticas, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, v. 9, nº. 16, pp. 5-12, jan./jun., 2003.

VYGOTSKY, L. S. Fundamentos de Defectologia. Originalmente publicado em 1983, traduzido por Carmem Pance Fernandez. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1995.

ZAOUAL, H. *Globalização e Diversidade Cultural*. Traduzido por Michel Thiollent. São Paulo, Editora Cortez, 2003. (Coleção: Questões de Nossa Época, v. 106).

ANEXO I

Este questionário é destinado a diretores, coordenadores e orientadores de escolas do ensino regular sobre o tema processo de inclusão de alunos com necessidades especiais.

O mesmo faz parte de uma pesquisa que estou desenvolvendo no curso de Mestrado em Educação, da Universidades Católica de Brasília.

Gostaria de contar com sua colaboração. Suas informações serão de grande valia para a pesquisa. Não há necessidade de se identificar.

Obrigada pela sua participação.

Cíntia Gontijo de Rezende

Questionário para Diretores, Coordenadores e Orientadores Pedagógicos.

I. CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1) Formação acadêmica

Graduação em: _____

Bacharelado ☐ Licenciatura ☐

Pós Graduação *lato sensu* em: _____

Pós Graduação *stricto sensu* em:

Mestrado: _____

Doutorado: _____

2) Qual a função que desempenha?

( ) direção ( ) coordenação ( ) orientação

3) Tempo de trabalho

Na Instituição: _____

Em outra(s) Instituição(ões):_____

4) Faixa etária

Entre 20 e 30 anos ☐

Entre 31 e 40 anos ☐

Entre 41 e 50 anos ☐

Mais de 50 anos ☐

II. VISÃO DE PRECONCEITO

1) O preconceito pode ser uma barreira para a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

2) Existe preconceito nas escolas em relação a alunos com necessidades especiais?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Se a resposta for afirmativa quais são as causas:

_____

_____

3) Se existe preconceito, da parte de quem se manifesta:

( ) colegas de sala
( ) professores
( ) funcionários
( ) membros da direção e do corpo administrativo
( ) pais de alunos

4) Há alguma forma ou manifestação de preconceito em relação a alunos com necessidades especiais que se considere mais grave?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Qual e por quê?

_____

_____

1) Quais os fatores que contribuem para criar ou manter o preconceito em relação à deficiência?

_____

_____

2) Existe algum preconceito considerado justificável ou aceitável:

( ) sim ( ) não

Qual e por quê?

_____

_____

3) Existem manifestações de preconceito por parte do meio social em relação a crianças com necessidades especiais?

( ) sim ( ) não

Qual (is)?

_____

_____

4) Como a família, deve reagir, diante de atitudes preconceituosas em relação a crianças com necessidades especiais?

( ) ignorar ( ) cobrar providências ( ) retirar a criança ( ) outros

Explique sua resposta:

_____

_____

5) E qual tem sido o posicionamento da escola diante de tais atitudes?

( ) ignorar ( ) cobrar providências ( ) retirar a criança ( ) outros

Explique sua resposta:

_____

_____

6) Percebe-se preconceito por parte das outras crianças em relação à criança com necessidades especiais?

( ) sim ( ) não

III.PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

1) O que se entende por necessidades especiais?

( ) qualquer defeito que possa comprometer o rendimento físico e mental
( ) níveis de desenvolvimento subnormal
( ) pessoas que possuem limitações na execução de atividades culturalmente valorizadas e exigidas
( ) qualquer restrição ou falta de habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano

2) Qual a necessidade especial considerada mais grave?

( ) deficiência física
( ) deficiência auditiva
( ) deficiência mental
( ) deficiência múltipla

Por quê?

_____

_____

3) O que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula acarreta para os outros alunos?

( ) atraso no conteúdo
( ) desestímulo
( ) melhoria na aprendizagem da turma como um todo
( ) dificuldade para aprender
( ) oportunidade de crescimento pessoal tanto para o portador de necessidade especial como para os demais

4) O que se entende por inclusão:

( ) plena participação social
( ) reconhecimento da pluralidade de sujeitos
( ) atenção especial às pessoas "diferentes" visando assegurar-lhes um tratamento eqüitativo
( ) tentativa de se educar alunos com necessidades especiais aproximando-os dos padrões de normalidade vigente.

5) É viável a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular:

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Por quê?

_____

_____

6) É adequado alunos com necessidades especiais freqüentem classes especiais ou ensino especial?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Por quê?

_____

_____

7) Quais as barreiras para a inclusão de crianças com necessidades especiais?

_____

_____

_____

ANEXO II

Este questionário é destinado a professores de escolas do ensino regular sobre o tema processo de inclusão de aluno com necessidade especial.

O mesmo faz parte de uma pesquisa que estou desenvolvendo no curso de Mestrado em Educação, da Universidade Católica de Brasília.

Gostaria de contar com sua colaboração. Suas informações serão de grande valia para a pesquisa. Não há necessidade de se identificar.

Obrigada pela sua participação.

Cíntia Gontijo de Rezende

Questionário para Professores

I – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1) Faixa etária

Entre 20 e 30 anos ☐

Entre 31 e 40 anos ☐

Entre 41 e 50 anos ☐

Mais de 50 anos ☐

2) Formação acadêmica

Graduação em: _____

Bacharelado ☐ Licenciatura ☐

Pós Graduação *lato sensu* em: _____

Pós Graduação *stricto sensu* em:

Mestrado: _____

Doutorado: _____

3) Tempo de docência

Na Instituição: _____

Em outra(s) Instituição(ões):_____

4) Nível de ensino/ modalidade em que está atuando:

( ) Educação Infantil ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Outro

5) Disciplinas já ministradas

1. _____ 2. _____

3. _____ 4. _____

5. _____ 6. _____

II - VISÃO DE PRECONCEITO

7) O preconceito pode ser uma barreira para a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

8) Existe preconceito nas escolas em relação a alunos com necessidades especiais?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

9) Se existe preconceito, da parte de quem se manifesta?

( ) colegas de sala
( ) professores
( ) funcionários
( ) membros da direção e do corpo administrativo
( ) pais de alunos

10) Há alguma forma ou manifestação de preconceito em relação a alunos com necessidades especiais que se considere mais grave?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Explique sua posição:

_____

_____

11) Quais os fatores que contribuem para criar ou manter o preconceito em relação à deficiência?

_____

_____

12) Existe algum preconceito considerado justificável ou aceitável:

( ) sim ( ) não

Qual e por quê?

_____

_____

13) Existem manifestações de preconceito por parte do meio social em relação a crianças com necessidades especiais?

( ) sim ( ) não

Qual (is)?

_____

_____

14) Como a família, deve reagir, diante de atitudes preconceituosas em relação a crianças com necessidades especiais?

( ) ignorar ( ) cobrar providências ( ) retirar a criança ( ) outros

Explique sua resposta:

_____

_____

15) E qual tem sido o posicionamento da escola diante de tais atitudes?

( ) ignorar ( ) cobrar providências ( ) retirar a criança ( ) outros

Explique sua resposta:

_____

_____

16) Percebe-se preconceito por parte das outras crianças em relação a criança com necessidades especiais?

( ) sim ( ) não

17) Conte um episódio de preconceito na escola por parte de professores, alunos ou pais que vivenciou ou tomou conhecimento:

_____

_____

_____

18) Qual foi a reação ou sentimento ao experenciar ou tomar conhecimento deste fato? Por quê?

_____

_____

_____

III - PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

1) O que se entende por necessidades especiais:

( ) qualquer defeito que possa comprometer o rendimento físico e mental

( ) níveis de desenvolvimento subnormal

( ) pessoas que possuem limitações na execução de atividades culturalmente valorizadas e exigidas

( ) qualquer restrição ou falta de habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano

2) Qual a necessidade especial considerada mais grave:

( ) deficiência física

( ) deficiência auditiva

( ) deficiência mental

( ) deficiência múltipla

Por quê?

_____

_____

3) O que a presença do aluno com necessidade especial em sala de aula acarreta para os outros alunos?

( ) atraso no conteúdo
( ) desestímulo
( ) melhoria na aprendizagem da turma como um todo
( ) dificuldade para aprender
( ) oportunidade de crescimento pessoal tanto para o aluno com necessidade especial como para os demais

4) O que se entende por inclusão:

( ) plena participação social
( ) reconhecimento da pluralidade de sujeitos
( ) atenção especial às pessoas "diferentes" visando assegurar-lhes um tratamento eqüitativo
( ) tentativa de se educar alunos com necessidade especial aproximando-os dos padrões de normalidade vigente.

5) É viável a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular:

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Por quê?

_____

_____

6) É adequado que alunos com necessidades especiais freqüentem classes especiais ou ensino especial:

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Por quê?

_____

_____

7) Quais as barreiras para a inclusão de crianças com necessidades especiais?

_____

_____

_____

ANEXO III

Este questionário é destinado a pais de alunos de escolas do ensino regular sobre o tema processo de inclusão de alunos com necessidades especiais.

O mesmo faz parte de uma pesquisa que estou desenvolvendo no curso de Mestrado em Educação, da Universidade Católica de Brasília.

Gostaria de contar com sua colaboração. Suas informações serão de grande valia para a pesquisa. Não há necessidade de se identificar.

Obrigada pela sua participação.

Cíntia Gontijo de Rezende

Questionário para Pais

I – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1) Faixa etária

Entre 20 e 30 anos ☐

Entre 31 e 40 anos ☐

Entre 41 e 50 anos ☐

Mais de 50 anos ☐

2) Seu filho possui alguma necessidade especial? Sim ☐ Não ☐

Qual?_____

3) Porque escolheu esta instituição de ensino?

_____

_____

4) Formação acadêmica

Educação Básica: _____

Graduação em: _____

Bacharelado ☐ Licenciatura ☐

Pós-Graduação *lato sensu* em:_____

Pós-Graduação *stricto sensu* em:

Mestrado: _____

Doutorado: _____

II. VISÃO DE PRECONCEITO

1) O preconceito pode ser uma barreira para a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

2) Existe preconceito nas escolas em relação a alunos com necessidades especiais?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

3) Se existe preconceito, da parte de quem se manifesta:

( ) colegas de sala
( ) professores
( ) funcionários
( ) membros da direção e do corpo administrativo
( ) pais de alunos

4) Há alguma forma ou manifestação de preconceito em relação a com necessidades especiais que se considere mais grave?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Explique sua posição:

_____

_____

5) Quais os fatores que contribuem para criar ou manter o preconceito em relação a deficiência?

_____

_____

6) Existe algum preconceito considerado justificável ou aceitável:

( ) sim ( ) não

Qual e por quê?

_____

_____

7) Existem manifestações de preconceito por parte do meio social em relação a crianças com necessidades especiais?

( ) sim ( ) não

Qual (is)?

_____

_____

8) Como a família, deve reagir, diante de atitudes preconceituosas em relação a crianças com necessidades especiais?

( ) ignorar ( ) cobrar providências ( ) retirar a criança ( ) outros

9) E qual tem sido o posicionamento da escola diante de tais atitudes?

( ) ignora ( ) cobra providências ( ) retira a criança ( ) outros

10) Percebe-se preconceito por parte das outras crianças em relação à criança com necessidades especiais?

( ) sim ( ) não

11) Tem ou já teve algum colega com necessidades especiais estudando com seu filho na mesma classe?

( ) sim ( ) não

12) Como se relaciona ou se relacionaria com ele?

( ) bem ( ) mal ( ) não saberia com agir ( ) não conseguiria encará-lo

13) Pode ou pôde perceber que seu filho sente-se confortável com tal convívio?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

14) Compreendeu tal fato como uma experiência para seu filho:

( ) positiva ( ) negativa ( ) irrelevante

15) Tem ou já teve preconceito em relação às diferenças existentes nos alunos com necessidades especiais?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Explique sua posição:

_____

_____

III. PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

19) O que se entende por necessidades especiais?

( ) qualquer defeito que possa comprometer o rendimento físico e mental
( ) níveis de desenvolvimento subnormal
( ) pessoas que possuem limitações na execução de atividades culturalmente valorizadas e exigidas
( ) qualquer restrição ou falta de habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano

20) Qual a necessidade especial considerada mais grave?

( ) deficiência física
( ) deficiência auditiva
( ) deficiência mental
( ) deficiência múltipla

Por quê?

_____

_____

21) O que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula acarreta para os outros alunos?

( ) atraso no conteúdo
( ) desestímulo
( ) melhoria na aprendizagem da turma como um todo
( ) dificuldade para aprender
( ) oportunidade de crescimento pessoal tanto para o aluno com necessidades especiais como para os demais alunos

22) O que se entende por inclusão?

( ) plena participação social
( ) reconhecimento da pluralidade de sujeitos
( ) atenção especial às pessoas portadoras de diferenças visando assegurar-lhes um tratamento eqüitativo
( ) tentativa de se educar alunos com necessidades especiais aproximando-os dos padrões de normalidade vigente.

23) É viável a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Por quê?

_____

_____

24) É adequado alunos com necessidades especiais freqüentem classes especiais ou ensino especial?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Por quê?

_____

_____

25) Quais as barreiras para a inclusão de crianças com necessidades especiais?

_____

_____

ANEXO IV

TABELAS

1. CONSOLIDAÇÃO EM TABELAS DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS DESTINADOS AOS DIRETORES, COORDENADORES E ORIENTADORES.

Tabela 1 - Cargos ocupados pelos gestores

Cargos	Nº.	%
Diretores	02	14,2
Coordenadores	06	42,9
Orientadores	06	42,9
TOTAL	**14**	**100**

Tabela 6 - Faixa Etária dos respondentes

Faixa Etária	Nº. de respondentes	%
Entre 20 e 30 anos	01	7,2
Entre 31 e 40 anos	06	42,8
Entre 41 e 50 anos	04	28,6
Mais de 50 anos	03	21,4
TOTAL	**14**	**100**

Tabela 7 - Existência do preconceito nas escolas em relação aos alunos com necessidades especiais.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Sim	4	50,0	3	50,0
Não	1	12,5	1	16,6
Em parte	3	37,5	2	33,4
Total	**8**	**100**	**6**	**100**

Tabela 8 - Por parte de quem o preconceito se manifesta.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Colegas de sala	0	0	0	0
Professores	0	0	0	0
Funcionários	0	0	0	0
Direção e Administrativo	0	0	0	0
Pais de alunos	2	25	1	16,7
Todas as alternativas	6	75	5	83,3
TOTAL	**8**	**100**	**6**	**100**

Tabela 9 - Posicionamento da escola diante de atitudes de preconceito.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Ignorar	1	12,5	2	33,4
Retirar a criança	0	0	0	0
Cobrar providências	7	87,5	4	66,6
Outros	0	0	0	0
TOTAL	**8**	**100**	**6**	**100**

Tabela 10 - O que se entende por necessidades especiais.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Qualquer defeito que possa comprometer o rendimento físico e mental	1	12,5	1	16,6
Níveis de desenvolvimento subnormal	1	12,5	1	16,6
Pessoas que possuem limitações na execução de atividades culturalmente valorizadas e exigidas	3	37,5	2	33,4
Qualquer restrição ou falta de habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano	3	37,5	2	33,4
TOTAL	**8**	**100**	**6**	**100**

Tabela 11 - Qual a necessidade especial considerada mais grave.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Deficiência física	1	12,5	1	16,6
Deficiência auditiva	1	12,5	1	16,6
Deficiência visual	0	0	0	0
Deficiência mental	3	37,5	2	33,4
Deficiência múltipla	3	37,5	2	33,4
TOTAL	**8**	**100**	**6**	**100**

Tabela 12 – O que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula acarreta para outros alunos.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Atraso no conteúdo	0	0	1	16,7
Desestímulo	1	12,5	1	16,7
Melhoria na aprendizagem da turma como um todo	2	25,0	1	16,7
Dificuldade para aprender	2	25,0	1	16,7
Oportunidades de crescimento pessoal tanto do aluno com necessidades especiais como para os demais	3	37,5	2	33,2
TOTAL	**8**	**100**	**6**	**100**

Tabela 13 - O que se entende por inclusão.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Plena participação social	0	0	1	16,7
Reconhecimento da pluralidade de sujeitos	2	25,0	1	16,7
Atenção especial às pessoas com diferenças visando assegurar-lhes um tratamento eqüitativo	3	37,5	3	50,0
Tentativa de se educar alunos com necessidades especiais aproximando-os dos padrões de normalidade vigente	3	37,5	1	16,6
TOTAL	**8**	**100**	**6**	**100**

Tabela 14 - Opinião dos respondentes sobre ser ou não ser adequado que alunos com necessidades especiais freqüentem classes de ensino especial

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Sim	5	37,5	4	33,3
Não	0	0	0	0
Em parte	3	62,5	2	66,7
Total	**8**	**100**	**6**	**100**

2. CONSOLIDAÇÃO EM TABELAS DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS DESTINADOS AOS PROFESSORES

Tabela 15 - Faixa Etária

Faixa Etária	Nº. de respondentes	%
Entre 20 e 30 anos	22	27,5
Entre 31 e 40 anos	36	45,0
Entre 41 e 50 anos	16	20,0
Mais de 50 anos	06	7,5
TOTAL	**80**	**100**

Tabela 20 - O preconceito é considerado uma barreira para a inclusão de crianças com necessidades especiais.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Sim	28	66,6	26	68,4
Não	3	7,2	2	5,2
Em parte	11	26,2	10	26,4
Total	42	100	38	100

Tabela 21 - A existência do preconceito nas escolas em relação aos alunos com necessidades especiais.

	Escola 1		**Escola 2**	
	Nº.	%	Nº.	%
Sim	24	57,1	20	52,6
Não	12	28,6	16	42,2
Em parte	6	14,3	2	5,2
Total	**42**	**100**	**38**	**100**

Tabela 22 – Por parte de quem o preconceito se manifesta

	Escola 1		**Escola 2**	
	Nº.	%	Nº.	%
Colegas de sala	16	38	14	36,8
Professores	10	23,9	9	23,7
Funcionários	2	4,8	3	7,9
Direção e Administrativo	1	2,3	1	2,7
Pais de alunos	13	31	11	28,9
TOTAL	**42**	**100**	**38**	**100**

Tabela 23 - Existe alguma manifestação de preconceito considerado mais grave.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Sim	16	38	12	31,7
Não	22	52,5	22	57,8
Em parte	4	9,5	4	10,5
Total	**42**	**100**	**38**	**100**

Tabela 24 - Existem manifestações de preconceito por parte do meio social em relação a crianças com necessidades especiais.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Sim	32	57,1	28	73,7
Não	2	28,6	2	5,3
Em parte	8	14,3	8	21
Total	**42**	**100**	**38**	**100**

Tabela 25 - Como a família deve reagir diante de atitudes preconceitos.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Ignorar	0	0	0	0
Retirar a criança	0	0	0	0
Cobrar providências	40	95,2	32	84,3
Outros	2	4,8	6	15,7
TOTAL	**42**	**100**	**38**	**100**

Tabela 26 - Qual tem sido o posicionamento da escola diante do preconceito.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Ignorar	0	0	0	0
Retirar a criança	0	0	0	0
Cobrar providências	36	85,7	30	78,9
Outros	6	14,3	8	21,1
TOTAL	**42**	**100%**	**38**	**100%**

Tabela 27 - Como o preconceito por parte das outras crianças se manifesta.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Sim	26	61,9	24	63,1
Não	14	33,4	12	31,6
Em parte	2	4,7	2	5,3
Total	**42**	**100**	**38**	**100**

Tabela 28 - O que se entende por necessidades especiais.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Qualquer defeito que possa comprometer o rendimento físico e mental	11	26,2	12	31,6
Níveis de desenvolvimento subnormal	2	4,7	2	5,3
Pessoas que possuem limitações na execução de atividades culturalmente valorizadas e exigidas	12	28,6	8	21
Qualquer restrição ou falta de habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano	17	40,5	16	42,1
TOTAL	**42**	**100**	**38**	**100**

Tabela 29 - Qual a necessidade especial considerada mais grave.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Deficiência física	0	0	0	0
Deficiência auditiva	0	0	0	0
Deficiência visual	0	0	0	0
Deficiência mental	10	23,8	10	26,3
Deficiência múltipla	32	76,2	28	73,7
TOTAL	**42**	**100**	**38**	**100**

Tabela 30 - O que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula acarreta para outros alunos.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Atraso no conteúdo	4	9,5	3	7,9
Desestimulo	1	2,3	1	2,6
Melhoria na aprendizagem da turma como um todo	4	9,5	4	10,5
Dificuldade para aprender	3	7,2	2	5,2
Oportunidades de crescimento pessoal tanto do aluno com necessidades especiais como para os demais	30	71,5	28	73,8
TOTAL	**42**	**100**	**38**	**100**

Tabela 31 - O que se entende por inclusão.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Plena participação social	17	40,5	16	42,1
Reconhecimento da pluralidade de sujeitos	11	26,2	12	31,6
Atenção especial às pessoas com diferenças visando assegurar-lhes um tratamento eqüitativo	3	7,1	2	5,3
Tentativa de se educar alunos com necessidades especiais aproximando-os dos padrões de normalidade vigente	11	26,2	8	21
TOTAL	**42**	**100**	**38**	**100**

Tabela 32 - É viável a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Sim	32	76,2	30	78,9
Não	0	0	0	0
Em parte	10	23,8	8	21,1
Total	**8**	**100**	**6**	**100**

Tabela 33 - Opinião dos respondentes sobre ser ou não ser adequado alunos com necessidades especiais freqüentar classes especiais.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Sim	8	19	7	18,4
Não	4	9,5	3	7,9
Em parte	30	71,5	28	73,7
Total	**8**	**100**	**6**	**100**

3. CONSOLIDAÇÃO EM TABELAS DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS DESTINADOS AOS PROFESSORES

Tabela 37 - Formação acadêmica dos pais

Educação Básica		**Graduação**		**Pós-graduação**			
				Lato Sensu		Stricto Sensu	
Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
30	25	60	50	24	20	6	5

Tabela 38 - O preconceito é considerado uma barreira para a inclusão de criança com necessidades especiais.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	**%**	**Nº.**	**%**
Sim	40	70,5	32	61,5
Não	0	0	0	0
Em parte	20	29,5	20	38,5
Total	**68**	**100,0**	**52**	**100,0**

Tabela 39 - A existência do preconceito nas escolas em relação aos alunos com necessidade especial.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	**%**	**Nº.**	**%**
Sim	44	64,8	30	57,8
Não	12	17,6	11	21,1
Em parte	12	17,6	11	21,1
Total	**68**	**100,0**	**52**	**100,0**

Tabela 40 - Por parte de quem o preconceito se manifesta.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Colegas de sala	12	17,7	10	19,3
Professores	22	32,4	16	30,7
Funcionários	2	2,9	2	3,8
Direção e Administrativo	6	8,8	6	11,6
Pais de alunos	26	38,2	18	34,6
TOTAL	**68**	**100**	**52**	**100**

Tabela 41 - Se existe alguma manifestação de preconceito considerado mais grave.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	**%**	**Nº.**	**%**
Sim	58	85,4	42	80,8
Não	5	7,3	5	9,6
Em parte	5	7,3	5	9,6
Total	**68**	**100**	**52**	**100**

Tabela 42 - Existem manifestações de preconceito por parte do meio social em relação a crianças com necessidades especiais.

	Escola 1		**Escola 2**	
	Nº.	**%**	**Nº.**	**%**
Sim	60	88,2	44	84,6
Não	4	5,9	2	3,8
Em parte	4	5,9	6	11,6
Total	**68**	**100**	**52**	**100**

Tabela 43 - Como a família deve reagir diante de atitudes preconceituosas.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Ignorar	10	14,7	10	19,3
Retirar a criança	0	0	0	0
Cobrar providências	58	85,3	42	80,7
Outros	0	0	0	0
TOTAL	**68**	**100**	**52**	**100**

Tabela 44 - Qual tem sido o posicionamento da escola diante do preconceito.

	Escola 1		**Escola 2**	
	Nº.	%	Nº.	%
Ignorar	18	26,5	16	30,7
Retirar a criança	2	2,9	04	7,7
Cobrar providências	48	70,6	32	61,6
Outros	0	0	0	0
TOTAL	68	100%	6	100%

Tabela 45 - Os pais percebem preconceito por parte das outras crianças.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	**%**	**Nº.**	**%**
Sim	34	50	24	46,2
Não	34	50	28	53,8
Em parte	0	0	0	0
Total	**68**	**100,0**	**6**	**100,0**

Tabela 46 - Se crianças com necessidades especiais estudam ou já estudaram na mesma sala que os filhos dos pais respondentes.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	**%**	**Nº.**	**%**
Sim	56	82,4	42	80,7
Não	12	17,6	10	19,3
Total	**68**	**100,0**	**52**	**100,0**

Tabela 47 – O que se entende por necessidades especiais.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Qualquer defeito que possa comprometer o rendimento físico e mental	22	32,4	18	34,6
Níveis de desenvolvimento subnormal	0	0	0	0
Pessoas que possuem limitações na execução de atividades culturalmente valorizadas e exigidas	34	50	26	50
Qualquer restrição ou falta de habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano	12	17,6	8	15,4
TOTAL	**68**	**100**	**52**	**100**

Tabela 48 - Qual a necessidade especial considerada mais grave.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Deficiência física	0	0	3	5,8
Deficiência auditiva	0	0	3	5,8
Deficiência visual	0	0	2	3,8
Deficiência mental	34	50	22	42,3
Deficiência múltipla	34	50	22	42,3
TOTAL	**68**	**100**	**52**	**100**

Tabela 49 - O que a presença do aluno com necessidade especial em sala de aula acarreta para os outros alunos.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Atraso no conteúdo	8	11,8	6	11,5
Desestimulo	6	8,8	6	11,5
Melhoria na aprendizagem da turma como um todo	10	14,7	6	11,5
Dificuldade para aprender	10	14,7	8	15,5
Oportunidades de crescimento pessoal tanto do aluno com necessidades especiais como para os demais	34	50	26	50
TOTAL	**68**	**100%**	**52**	**100%**

Tabela 50 - O que se entende por inclusão.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	%	Nº.	%
Plena participação social	26	38,2	20	38,5
Reconhecimento da pluralidade de sujeitos	17	25	13	25
Atenção especial às pessoas com diferenças visando assegurar-lhes um tratamento eqüitativo	8	11,8	6	11,5
Tentativa de se educar alunos com necessidades especiais aproximando-os dos padrões de normalidade vigente	17	25	13	25
TOTAL	**68**	**100**	**52**	**100**

Tabela 51 - É viável a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	**%**	**Nº.**	**%**
Sim	57	83,8	43	82,7
Não	0	0	0	0
Em parte	11	16,2	9	17,3
Total	**68**	**100**	**52**	**100**

Tabela 52 - Opinião dos respondentes sobre ser ou não adequado alunos com necessidades especiais freqüentarem classes especiais.

	Escola 1		Escola 2	
	Nº.	**%**	**Nº.**	**%**
Sim	14	20,5	10	19,2
Não	7	10,3	5	9,6
Em parte	47	69,2	37	71,2
Total	**68**	**100**	**52**	**100**